

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Medicina
Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

Juliana de Jesus Silva

**CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOCENTE E GÊNERO: um estudo sobre os
professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014)**

Belo Horizonte

2017

Juliana de Jesus Silva

**CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOCENTE E GÊNERO: um estudo sobre os
professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública (área de concentração em Saúde Pública).

Orientadora: Prof^a. Ada Ávila Assunção

Coorientadora: Profa^a. Mery Natali Silva Abreu

Belo Horizonte - MG

2017

S586c Silva, Juliana de Jesus.
Características do trabalho docente e gênero [manuscrito]: um estudo sobre os professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014). / Juliana de Jesus Silva. - - Belo Horizonte: 2017.
73f.
Orientador: Ada Ávila Assunção.
Coorientador: Mery Natali Silva Abreu.
Área de concentração: Saúde Pública.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Docentes. 2. Identidade de Gênero. 3. Condições de Trabalho. 4. Ensino Fundamental e Médio. 5. Dissertações Acadêmicas. I. Assunção, Ada Ávila. II. Abreu, Mery Natali Silva. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: LB 100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Prof. Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora: Prof.^a Sandra Regina Goulart Almeida

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof.^a Denise Maria Trombert de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Ado Jório

FACULDADE DE MEDICINA

Diretor: Prof. Tarcizo Afonso Nunes

Vice-diretor: Prof. Humberto José Alves

Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social: Prof. Antônio Thomáz G. da Matta Machado

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Coordenadora: Prof.^a Sandhi Maria Barreto

Subcoordenador: Prof.^a Eli Iola Gurgel Andrade

Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública:

Prof.^a Eli Iola Gurgel Andrade - Titular

Prof.^a Sandhi Maria Barreto - Titular

Prof.^a Waleska Teixeira Caiaffa - Titular

Prof.^a Luana Giatti Gonçalves - Titular

Prof.^a Mariângela Leal Cherchiglia - Titular

Prof. Francisco de Assis Acurcio - Suplente

Prof.^a Valéria Maria de Azeredo Passos - Suplente

Prof.^a Cibele Comini César - Suplente

Prof.^a Amélia Augusta de Lima Friche - Suplente

Prof.^a Ada Ávila Assunção - Suplente

Amanda Paula Fernandes (representante discente)

Hugo André da Rocha (representante discente)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

Características do Trabalho Docente e Gênero: um estudo sobre os professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014)

JULIANA DE JESUS SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SAÚDE PÚBLICA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em SAÚDE PÚBLICA, área de concentração SAÚDE PÚBLICA.

Aprovada em 03 de fevereiro de 2017, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Ada Avila Assuncao - Orientador
UFMG

Prof(a). Mery Natali Silva Abreu
UFMG

Prof(a). Mirela Castro Santos Camargos
UFMG

Prof(a). Adriane Mesquita de Medeiros
UFMG

Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA JULIANA DE JESUS SILVA

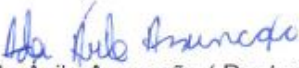
Realizou-se, no dia 03 de fevereiro de 2017, às 14:00 horas, Sala 526 - Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Características do Trabalho Docente e Gênero: um estudo sobre os professores da Educação Básica do Brasil (2007-2014)*, apresentada por JULIANA DE JESUS SILVA, número de registro 2015657058, graduada no curso de ENFERMAGEM, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em SAÚDE PÚBLICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ada Ávila Assunção - Orientador (UFMG), Prof(a). Mery Natali Silva Abreu (UFMG), Prof(a). Mirela Castro Santos Camargos (UFMG), Prof(a). Adriane Mesquita de Medeiros (UFMG).

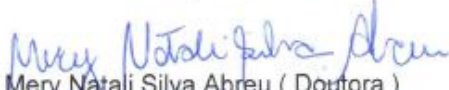
A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2017.


Prof(a). Ada Ávila Assunção (Doutora)


Prof(a). Mery Natali Silva Abreu (Doutora)


Prof(a). Mirela Castro Santos Camargos (Doutora)


Prof(a). Adriane Mesquita de Medeiros (Doutora)

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza, por me abençoar com esta oportunidade. Obrigada por muitas vezes ser meu único refúgio, fonte de serenidade, sabedoria e discernimento.

À minha mãe, Maria José, meu alicerce, mulher perseverante e batalhadora, que apesar da distância geográfica, nunca deixou de estar presente, se preocupar, me apoiar e incentivar em todos os momentos da minha vida. A você que sempre investiu em meus sonhos como forma de realizar os seus próprios, o meu amor, respeito, carinho e eterna admiração. Essa conquista é NOSSA.

À Francisca, minha madrinha, meu grande exemplo de perseverança e resiliência. À minha avó, Carminha, pelas orações e torcida. Às tias Izabel, Ana Maria e Lourdes pelo carinho e incentivo.

Às amigas Roziane, Ju Ferreira, Débora e Renata por compartilharem comigo os bons e maus momentos desta caminhada, apoiar minhas escolhas e acreditar em mim. Vocês são muito especiais!

Aos companheiros do NEST por dividirem comigo esta jornada tão especial e ao mesmo tempo cheia de desafios. A presença de vocês trouxe mais segurança e leveza. Em especial agradeço à Tati, Luís Paulo, Dani e Almerinda por alegrarem meus dias e pela amizade que espero manter por toda a vida. Levo cada um de vocês no coração e em minhas orações.

À professora Ada Ávila Assunção pela orientação e ensinamentos.

À Mery Abreu pela coorientação e aprendizado, sempre disponível e atenciosa.

Aos meus antigos mestres da UFSJ - CCO que me motivaram a chegar até aqui.

Ao INEP pelo acesso aos dados trabalhados no estudo.

Ao Secretário Binho Marques da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) que facilitou o acesso aos dados do INEP.

Aos professores da Educação Básica, cujas características de trabalho foram tema desta Dissertação.

RESUMO

Os professores da Educação Básica vivenciam nas últimas décadas as transformações ocorridas no setor educacional brasileiro. Tais mudanças trouxeram consequências ao processo de trabalho, assim como reflexos na saúde desses trabalhadores. Historicamente, as mulheres trabalham em condições mais precárias e vivenciam piores condições de inserção no mercado de trabalho em relação aos homens, inclusive na carreira docente. Estudos analisam de forma limitada as características dos professores da Educação Básica, em especial no que se refere às concepções de gênero. Os objetivos deste estudo foram: 1) Estudar as características demográficas e ocupacionais dos professores da Educação Básica do Brasil; 2) Analisar possíveis recortes de gênero na conformação da categoria. Tratou-se de um estudo quantitativo das características dos professores da Educação Básica realizado entre os anos de 2007 a 2014. Foram coletados dados sobre as características demográficas e ocupacionais por meio dos microdados do Censo Escolar da Atenção Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Verificou-se a predominância das professoras atuando na Educação Básica, como já evidenciado em outros estudos, o que reforça a feminização do trabalho docente. Observou-se, no período analisado, o aumento dos professores de idades mais avançadas para ambos os sexos. Os professores homens concentraram-se nas etapas de ensino mais avançadas e as mulheres nas iniciais. Os homens lecionavam em maior número de estabelecimentos escolares e turmas. As mulheres concentraram-se lecionando em turmas menos numerosas e os homens em turmas mais numerosas. Sobre os vínculos empregatícios, observou-se tendência de aumento, para ambos os sexos, dos que atuavam na rede privada e diminuição dos vinculados à rede pública. O vínculo estável foi o mais frequente, no entanto, houve aumento de professores, de ambos os sexos, com contrato temporário. Finalmente, aumentou o número de professoras terceirizadas e celetistas. Apesar de a literatura ressaltar que as mulheres vivenciam piores condições de trabalho, no presente estudo foi possível constatar grande atuação dos homens em mais de um estabelecimento escolar, em maior número de turmas e com múltiplos vínculos de emprego. É importante uma melhor exploração da temática para aprofundar o conhecimento em relação às tendências verificadas. As informações produzidas a partir do presente estudo podem embasar o planejamento de políticas públicas voltadas às condições de trabalho e satisfação da população estudada.

Palavras-chave: Docentes, Identidade de Gênero, Condições de trabalho.

ABSTRACT

The teachers of Basic Education have experienced in recent decades the transformations that have occurred in the Brazilian educational sector. Such changes have brought consequences to the work process, as well as reflections on the health of these workers. Historically, women work in more precarious conditions and experience worse conditions of insertion in the labor market in relation to men, including in the teaching career. Studies analyze in a limited way the characteristics of the teachers of Basic Education, especially with regard to the conceptions of gender. The objectives of this study were: 1) To study the demographic and occupational characteristics of the Basic Education teachers in Brazil; 2) Analyze possible gender cuts in the conformation of the category. This was a quantitative study of the characteristics of Basic Education teachers conducted between 2007 and 2014. Data on demographic and occupational characteristics were collected through the microdata of the School Census of Basic Attention, carried out by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). It was verified the predominance of teachers working in Basic Education, as already evidenced in other studies, which reinforces the feminization of teaching work. During the period under study, there was an increase in the number of teachers of higher ages for both sexes. Male teachers focused on the more advanced stages of education and women in the early stages. Men taught in more schools and classes. The women concentrated on teaching in smaller classes and men in larger classes. Regarding the employment relationships, there was a tendency for both sexes to increase in those working in the private network and decrease in those linked to the public network. The stable bond was the most frequent, however, there was an increase of teachers, of both sexes, with temporary contract. Finally, there was an increase in the number of outsourced teachers and teachers. Although the literature shows that women experience worse working conditions, in the present study it was possible to verify the great performance of men in more than one school, in a larger number of classes and with multiple job links. It is important to better explore the subject to deepen the knowledge regarding the trends verified. The information produced from the present study can base the planning of public policies focused on the working conditions and satisfaction of the studied population.

Keywords: Faculty, Gender Identity, Working Conditions.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Esquema ilustrativo das quatro dimensões do Censo Escolar 16
- Figura 2:** Esquema ilustrativo da organização da dependência administrativa das escolas
brasileiras 26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas da Educação Básica e as faixas etárias correspondentes	13
Quadro 2. Variáveis referentes às características demográficas, categorias de análise e respectivas descrições	25
Quadro 3. Variáveis referentes às características ocupacionais, categorias de análise e respectivas descrições.	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de funções docentes na Educação Básica – Brasil - 2007 a 2014	24
Tabela 2: Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com o sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	30
Tabela 3: Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com as características demográficas – Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	31
Tabela 4: Distribuição dos professores da Educação Básica no Brasil de acordo com as características ocupacionais – Brasil – 2007 a 2014 e 2012 a 2014 (Em %)	34
Tabela 5: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o grupo etário por sexo - Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	35
Tabela 6: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com as regiões geográficas por sexo - Brasil- 2007 a 2014 (Em %)	36
Tabela 7: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a área censitária da escola por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	36
Tabela 8: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a dependência administrativa da escola por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	37
Tabela 9: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a etapa de ensino por sexo - Brasil- 2007 a 2014 (Em %)	37
Tabela 10: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de estabelecimentos por sexo – Brasil - 2007 a 2014 (Em %)	38
Tabela 11: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de turmas por sexo – Brasil - 2007 a 2014 (Em %)	38
Tabela 12: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de alunos por turma por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %)	39
Tabela 13: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de vínculos de emprego por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %)	39
Tabela 14: Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o tipo vínculo de emprego com a rede pública por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %)	40
Tabela 15: Distribuição dos professores da Educação Básica com dois vínculos de emprego por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %)	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com o sexo
– Brasil – 2007 e 2014

30

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEST	Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho
TALIS	Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A FORÇA DE TRABALHO NO SETOR	13
2.1: Organização da Educação Básica	13
2.2 O Censo Escolar da Educação Básica	14
2.3 Características do trabalho docente na Educação Básica: contexto, relevância e reformas educacionais	17
3 GÊNERO E TRABALHO DOCENTE	19
3.1: Contexto histórico e emprego	19
3.2 Diferenciais na saúde	20
4. OBJETIVOS	22
4.1 Objetivo geral	22
4.2 Objetivos específicos	22
5 METODOLOGIA	23
5.1 Delineamento, cenário e período do estudo	23
5.2 População do estudo	23
5.3 Coleta de dados	24
5.4 Variáveis	25
5.5 Análise de dados	29
6 RESULTADOS	30
7 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
7.1 Discussão	41
7.2. Considerações finais	47
8 LIMITES E VANTAGENS	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A - Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais	56
ANEXO B – Formulário Cadastro de profissional escolar em sala de aula	57
ANEXO C – Formulário Cadastro de escola	60
ANEXO D – Formulário Cadastro de turma	64
ANEXO E – Formulário Cadastro de aluno	66

1 INTRODUÇÃO

A ocupação do professor é uma das primeiras e mais importantes que se tem contato no decorrer da vida. Esses profissionais atuam no sistema educacional de todo o país, submetendo-se às mais diversas condições de trabalho. A valorização do trabalho dos professores está ligada à melhoria da qualidade do ensino, entretanto a atratividade da carreira não conta com muitos estímulos (CARISSIMI; TROJAN, 2011).

No Brasil, o setor educacional compreende a Educação Básica e o Ensino Superior. A Educação Básica constitui o primeiro nível de ensino escolar, compreende três etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e três modalidades (ensino profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ensino especial). O principal objetivo da Educação Básica é oferecer a formação básica aos alunos e disponibilizar de meios para que venham a continuar seus estudos posteriormente no ensino superior ou outras modalidades (BRASIL, 2014a).

As informações referentes à Educação Básica no Brasil são reunidas no Censo Escolar, que é um levantamento estatístico anual realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por meio desse levantamento é possível conhecer o panorama da Educação Básica no país, obtendo informações sobre os alunos, turmas, escolas e professores. Entre os objetivos do Censo está o subsídio na formulação de políticas pelos gestores da educação e no repasse de verba às instituições de ensino (BRASIL, 2016).

A reestruturação do trabalho docente, ocorrida nas últimas décadas, repercutiu nas condições de trabalho e valorização dos professores. Além disso, contribuiu para o crescimento da precarização e para a insatisfação crescente desses trabalhadores (OLIVEIRA, 2004). Essas mudanças, advindas da reestruturação, resultaram na atual configuração da Educação Básica no país, mas não levaram em consideração o papel do professor. A nova configuração reconhece a importância da função do professor, entretanto, as políticas são elaboradas de forma distante da verdadeira realidade vivenciada pelos profissionais em sala de aula (CRUZ, 2007).

No Brasil, segundo dados do Censo Escolar referentes ao ano de 2014, realizado pelo INEP, o contingente de professores atuando na Educação Básica era de 2.190.743. Desses, aproximadamente 80% eram do sexo feminino, o que caracteriza a ocupação de professores da Educação Básica brasileira como tipicamente feminina. A região que mais concentrava funções docentes no ano supracitado era a Sudeste (BRASIL, 2014c).

O fato de as mulheres serem maioria no setor educação se deve ao processo histórico de inserção da mulher no mercado de trabalho, estabelecendo que sua atuação profissional na educação fosse uma continuidade da função do trabalho doméstico. As mulheres assumiam, portanto, um papel de “mãe educadora” (DELCOR *et al.*, 2004).

Historicamente, as mulheres, além de vivenciar condições de trabalho mais precárias em relação aos homens, enfrentam também mais problemas relacionados à saúde, sejam físicos ou mentais (ARAÚJO *et al.*, 2006; REIS *et al.*, 2006).

A docência tem sido considerada como uma ocupação desgastante. Ademais, conta com agravantes como as condições de trabalho caracterizadas por baixos salários, jornadas exaustivas de trabalho e alta demanda profissional. Essas condições contribuem fortemente para o adoecimento dos trabalhadores da educação (ZIBETTI; PEREIRA, 2010).

As questões sobre os diferenciais de gênero no que diz respeito às características do trabalho na Educação Básica ainda são pouco discutidas quando se trata de dados provenientes de bases administrativas. Grande parte dos estudos existentes descreve as características de trabalho dos professores tendo como base dados primários advindos de questionários de formulação própria. Outros são realizados em populações restritas (uma cidade ou região) ou abordam apenas uma etapa da educação básica (como a educação infantil). O presente estudo buscou contribuir para explorar o tema utilizando o Censo Escolar, que é um levantamento anual e nacional de dados referentes aos professores.

A escolha por estudar o Censo Escolar deveu-se ao fato de seus dados serem um levantamento de grande porte, realizado em âmbito nacional, que fornece dados pouco explorados, especialmente em relação ao gênero e ao trabalho docente. Assim, o presente estudo busca identificar possíveis recortes de gênero na conformação da categoria de professores da Educação Básica no que tange às características demográficas e ocupacionais, com base nos dados do Censo Escolar.

2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A FORÇA DE TRABALHO NO SETOR

2.1: Organização da Educação Básica

Como mencionado anteriormente, o setor educacional brasileiro constitui-se de dois níveis: a Educação Básica e o Ensino Superior. A Educação Básica é o primeiro nível de ensino escolar, constituída por etapas e modalidades. As três etapas são: educação infantil (compreende a Creche e Ensino Infantil e tem duração de 5 anos), ensino fundamental (com duração de 9 anos) e ensino médio (com duração de 03 anos) (Quadro 1). O ciclo educacional é complementado pelos cursos de alfabetização, educação continuada de jovens e adultos, além de cursos técnicos e técnicos de nível médio (BRASIL, 2014a).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996) esclarece que as crianças e adolescentes devem obter a formação necessária ao exercício de sua cidadania. De acordo com os regulamentos educacionais, é direito de todos os cidadãos ir à escola independentemente da idade. Sendo assim, cabe ao Estado prover meios para que adultos que ainda não tenham frequentado a escola em tempo hábil possam abreviar seus estudos em busca de concluir a Educação Básica (BRASIL, 2014a).

Quadro 1: Etapas da Educação Básica e as faixas etárias correspondentes.

Nível Escolar	Faixa Etária
Creche	Crianças de 0 a 3 anos de idade
Ensino Infantil	Crianças de 4 a 5 anos
Ensino Fundamental	Alunos de 6 aos 14 anos
Ensino Médio	Alunos de 15 aos 17 anos
Ensino Superior	A partir dos 18 anos

FONTE: BRASIL (2014a). Adaptado pela autora.

Cada etapa da Educação Básica possui objetivos específicos e diversas formas de organização. A educação infantil tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento da criança seja ele físico, psicológico, intelectual ou mesmo social, em jornada integral ou parcial. Essa etapa é subdividida em duas fases: a creche e o ensino infantil (Quadro 1). No ano de 2013, uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional em 2009 alterando a LDB, decidiu que os filhos devem ser matriculados pelos pais na escola ao completar 4 anos de idade. Além disso, foi determinado que estados e municípios teriam até o ano de 2016 para ofertar vagas suficientes na rede pública para atender às crianças dessa faixa

etária. Antes da mudança constitucional, só era obrigatório à criança ingressar no ensino fundamental aos 6 anos de idade (BRASIL, 2014a).

O ensino fundamental deve obrigatoriamente ser ofertado pelo Estado de forma universal e gratuita. Ao concluir essa etapa o estudante deve contar com habilidades de boa leitura, escrita e cálculo. Além disso, faz-se necessária a compreensão do ambiente natural, tecnologias e valores familiares, dentre outros. Essa etapa de ensino é constituída por duas fases: os anos iniciais, para estudantes de 06 a 10 anos de idade, e os anos finais, para os estudantes de 11 a 14 anos. A duração dessa etapa passou de 8 para 9 anos desde 2006 visando garantir maior permanência do estudante na escola e uma qualidade mais efetiva da alfabetização (BRASIL, 2014a).

O ensino médio, etapa final do processo de formação na Educação Básica, é importante para que o aluno amadureça os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, onde será preparado para exercer sua cidadania, continuar seus estudos ou mesmo trabalhar. Além disso, o ensino médio deve facilitar a formação ética e a capacidade crítica ao aluno. Isso faz com que o estudante conclua essa etapa com uma preparação eficiente para a vida adulta (BRASIL, 2014a). Tanto os estados quanto os municípios devem trabalhar juntos para garantir o ensino fundamental. Já o ensino médio, fica sob responsabilidade dos estados (BRASIL, 2014a).

2.2 O Censo Escolar da Educação Básica

O setor educacional, assim como outros da sociedade, gera constantemente um grande quantitativo de dados, o que torna necessária a existência de sistemas de informação capazes de gerenciá-los. Esses dados são agrupados em censos, de acordo com o nível de ensino. Na Educação Básica, o levantamento anual dos dados estatísticos, de âmbito nacional, é o Censo Escolar, coordenado pelo INEP. A operacionalização da coleta de dados e o processamento das informações são feitos com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e contam com a participação das escolas públicas e privadas (BRASIL, 2016).

O Censo Escolar é importante para que a sociedade e atores educacionais estejam informados sobre a real situação da Educação Básica no país, serve como referência para transferência de recursos públicos e verificação da efetividade das políticas públicas

implementadas no setor. Permite também o cálculo de taxas de rendimento, indicadores e torna possível que as escolas possam participar de programas federais (BRASIL, 2016).

O Censo abrange o ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação especial, EJA e a educação profissional. Os dados coletados são referentes às escolas públicas e privadas, turmas, alunos e profissionais escolares que atuam em sala de aula. O período da coleta tem início na última quarta-feira do mês de maio, nomeado como o dia Nacional do Censo Escolar, conforme a Portaria MEC nº 264 de 26 de março de 2007. Os dados coletados refletem a situação da escola da última quarta-feira do mês de maio de cada ano (BRASIL, 2016).

A coleta tem caráter declaratório. É realizada mediante preenchimento dos dados diretamente pela internet no sistema Educacenso. Em cada escola, o respondente deve acessar o sistema e cadastrar dados como Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e senha. As escolas que não tem acesso à internet preenchem formulários impressos, que são encaminhados para as secretarias regionais de educação. Lá, os dados dos formulários são lançados no sistema. O INEP libera todos os anos em seu portal um caderno de instruções referente ao censo escolar, que elucida todos os campos contidos nos formulários a serem preenchidos. Os diretores e dirigentes de estabelecimentos de ensino são os responsáveis pelas informações declaradas no Censo (BRASIL, 2016).

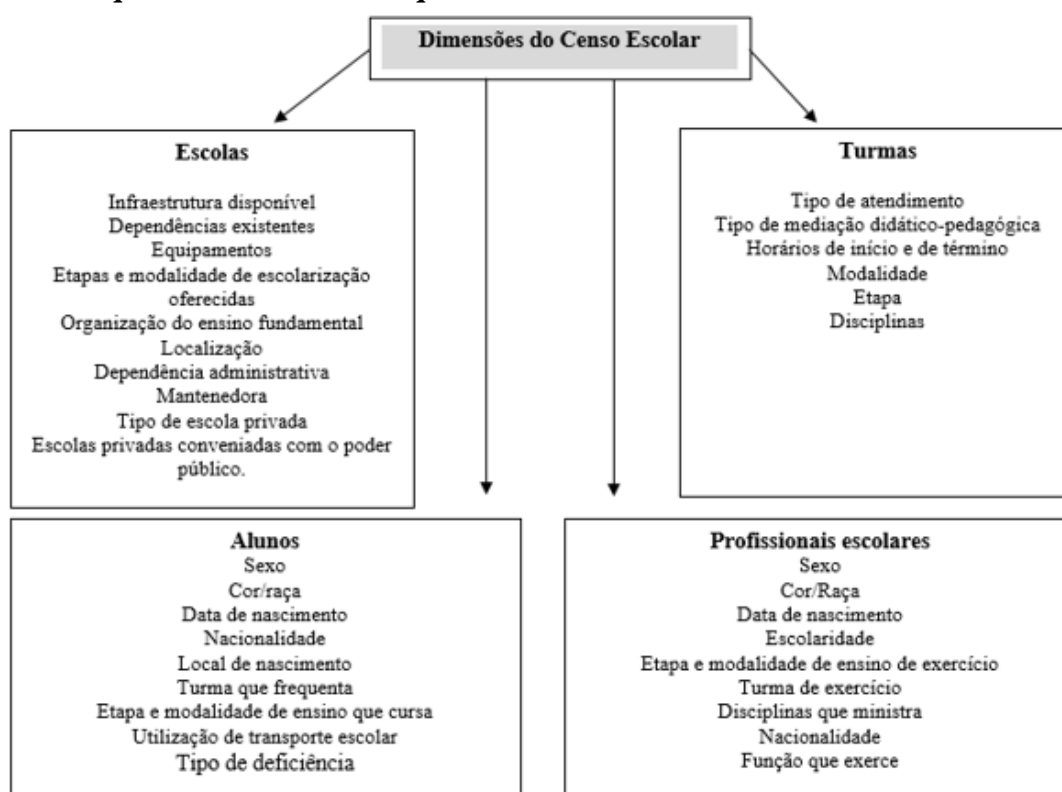
No ano de 2005, o governo iniciou investimentos visando aprimorar a qualidade da Educação Básica. Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de fortalecer a Educação Básica. O PDE definiu algumas metas a serem alcançadas, e de acordo com elas, o INEP criou estratégias de inovação do Censo Escolar.

O Educacenso é um sistema online, implementado no ano de 2007, que tem como objetivo a coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados do Censo Escolar. É um sistema de fácil acesso e preenchimento, garantindo a consistência dos dados. Um de seus importantes diferenciais é fornecer dados individualizados tanto dos alunos quanto dos profissionais escolares em sala de aula. Além disso, organiza as informações em quatro dimensões (escolas, turmas, alunos e docentes), em vez de somente um (escolas). Até o ano de 2006 essas informações eram fornecidas em conjunto, mas, com a implementação do Educacenso, foi possível a individualização (BRASIL, 2016).

Para cada dimensão do Censo há um formulário a ser preenchido, contendo informações que caracterizam os grupos. Na dimensão “profissionais escolares” são coletadas as informações de: docentes, auxiliares/assistentes educacionais, profissionais/monitores de atividade complementar, tradutor/intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e docente titular – coordenador de tutoria e docente tutor – auxiliar.

Abaixo são apresentadas as informações contidas nos formulários de cada uma das quatro dimensões:

Figura 1: Esquema ilustrativo das quatro dimensões do Censo Escolar



Fonte: BRASIL (2015). Adaptado pela autora.

Os dados declarados no Censo Escolar podem ser posteriormente consultados e analisados por meio de relatórios com informações consolidadas, que são disponibilizadas no sistema do INEP. Os microdados, que são os dados que ainda não foram cientificamente tratados, são disponibilizados livremente para *download* no site do INEP (<http://portal.inep.gov.br>).

2.3 Características do trabalho docente na Educação Básica: contexto, relevância e reformas educacionais

Para melhor entendimento da temática estudada, é preciso abordar primeiramente o conceito do trabalho docente:

Compreende não só o trabalho realizado em sala de aula, como o processo que envolve o ensino e a aprendizagem, mas, também, a participação do professor no planejamento das atividades, na elaboração de propostas político-pedagógicas e na própria gestão da escola, incluindo formas coletivas de realização do trabalho escolar e articulação da escola com as famílias e a comunidade (DUARTE *et al.*, 2008, p. 222).

Especificamente na Educação Básica, são considerados como docentes os professores que exercem função de reger uma sala de aula (INEP, 2014a). No século XX, mais especificamente início dos anos 90, houve mudanças importantes no trabalho docente, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. Tais mudanças aconteceram tanto na escola quanto na organização do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2004).

A forma como se procedeu a expansão da Educação Básica nos anos 90 contribuiu para a sobrecarga dos professores e a reestruturação do trabalho docente como consequência de mudanças na gestão e na organização do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2004). A pesquisa TALIS aponta o Brasil está entre os países em que os professores passam maior número de horas semanais ensinando. Além disso, os professores gastam mais tempo tentando manter a ordem em sala de aula se comparados aos professores de outros países (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2013). Todas essas mudanças na organização escolar e no processo de trabalho, tendo em vista o aumento da demanda, refletiram nas características de trabalho dos professores.

O Artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca que os sistemas de ensino se comprometerão a promover, no âmbito do setor público, a valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes condições de trabalho adequadas, piso salarial, aperfeiçoamento profissional, período para estudos e planejamento, progressão funcional e ingresso exclusivamente por concurso público (BRASIL, 1996).

Para o exercício satisfatório da docência são necessárias condições adequadas de trabalho como boa estrutura, equipamentos, facilidade de acesso ao local de trabalho, além da formação inicial e contínua (ROBALINO, 2012).

No contexto atual, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, ampliando-se a sua missão para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolar, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Apesar de todos os desafios já enfrentados pelos docentes, ainda é preciso lidar com as formas precárias de contratação, seja no setor privado ou mesmo público, que conta com profissionais trabalhando em regime estatutário, celetista, temporário ou mesmo terceirizado.

Visando à diminuição de custos trabalhistas e precarização da atividade laboral, a partir da década de 1980, a terceirização se expande no Brasil (AZEVEDO, 2014). A terceirização, considerada um tipo de informalidade, remete à precariedade por romper com as formas de contratação formais e reguladas. A partir de então, vai ganhando espaço na organização do trabalho, trazendo consigo consequências negativas para as condições e relações trabalhistas (AZEVEDO, 2014). No caso dos professores, é comum a atuação temporária visando substituir profissionais afastados de suas funções. Soma-se a isso a terceirização e os contratos celetistas no setor público.

Com o advento da globalização, a busca por melhores condições de vida tem levado as pessoas a trabalharem de forma excessiva. O *multiemprego*, termo utilizado para denominar duas ou mais jornadas de trabalho, pode colocar em risco a vida do trabalhador. Isso acontece pela exigência causada pela sobrecarga ou mesmo pelo trabalho em demasia (ROBAZZI, 2010). Muitos professores, visando complementar renda, buscam outros vínculos de trabalho, o que acaba sobrecarregando ainda mais esse profissional, considerando as suas múltiplas funções enquanto educador.

3 GÊNERO E TRABALHO DOCENTE

3.1: Contexto histórico e emprego

O conceito de gênero vem sendo amplamente utilizado em diversas partes do mundo, em diferentes áreas do conhecimento. Teve seu nascimento com o movimento feminista, devido à denúncia sobre o poder e dominação masculinos. Joan Scott (1995), historiadora e feminista norte-americana, foi pioneira no estudo do gênero. A autora o define como sendo “o discurso da diferença dos sexos” ou mesmo como “a organização social dos sexos”. O conceito de gênero tem como característica o fato de ser relacional, ou seja, implica uma análise que envolve homens e mulheres, simultaneamente. O sexo é determinado pela natureza, pela biologia, enquanto o gênero é determinado historicamente, podendo ser mutável. Para a autora, o gênero deveria ultrapassar dimensões e agregar o mercado de trabalho, que é sexualmente dividido.

Nos últimos 15 anos foi possível identificar uma pequena parcela de mulheres atuando em áreas de prestígio no mercado de trabalho como a engenharia medicina, arquitetura e direito. As mudanças culturais ocorridas a partir dos anos 60 e as transformações ocorridas nessas profissões estimularam as mulheres a buscar um projeto de vida profissional. Com isso, foi possível expandir sua atuação em áreas que anteriormente eram ocupadas predominantemente por homens (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999).

No setor educacional, foi aos poucos que o trabalho feminino foi ganhando destaque, pois até o século XIX a docência era considerada uma área de atuação predominantemente masculina. É importante destacar que na época havia certo impedimento moral à educação de meninas por professores homens (CUNHA, 2012).

No século XIX, as escolas que existiam, admitiam mais meninos do que meninas, ensinavam desde a leitura até a resolução de operações matemáticas. Depois desses ensinamentos os meninos seguiam aprofundando seu conhecimento em geometria enquanto as meninas praticavam o bordado e a costura. É importante ressaltar que as aulas de geometria eram ministradas por homens, cujos salários eram maiores em relação ao das professoras de bordado e costura (LOURO, 2000).

Nas escolas normais brasileiras houve um aumento crescente, a partir do século XIX, de matrículas de mulheres. Por outro lado, era nítida a renúncia dessas escolas pelos homens, que passaram a atender à demanda por mão de obra na indústria, emergente no país naquela época (CUNHA, 2012).

Alguns dos motivos para o magistério ser predominantemente feminino é o fato de permitir que as mulheres façam uma conciliação entre família, trabalho doméstico e mercado de trabalho (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

Na sociedade em geral, incluindo o setor educacional, existem diferenças nas condições de trabalho em relação ao gênero. Mesmo as mulheres ganhando espaço no mercado de trabalho, as oportunidades destinadas a homens e mulheres são diferentes. As mulheres ganham salários mais baixos, atuam em trabalhos precários, informais e há um importante declínio de seus rendimentos médios (ALVARENGA; VIANNA, 2012). Nos anos 90, mesmo as mulheres ocupando cargos iguais ou equivalentes aos dos homens, continuavam recebendo rendimentos menores em relação a eles (BRUSCHINI, 2000).

As representações culturais sobre gênero masculino e feminino são o alicerce da divisão sexual do trabalho, estabelecendo ‘os lugares’ a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação e os postos de trabalho a serem ocupados (NEVES, 2001).

A divisão sexual do trabalho compreende uma forma de divisão do trabalho na sociedade, pontuando duas formas de segregação por sexo. A primeira forma é a divisão ocupacional de gênero, onde é construído o pensamento coletivo do que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. A segunda diz respeito à divisão hierarquizada por sexo, que atribui maior valor ao trabalho dos homens do que o das mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Apesar de as mulheres terem o nível mais alto de escolaridade, ainda continuam fazendo parte dos “guetos ocupacionais femininos”, como a educação e a saúde. Ou seja, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, marcado pelo estímulo à terceirização da economia, gerou formas de trabalho precárias e informais (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). Houve uma bipolarização no mundo do trabalho. Por um lado, mulheres qualificadas assumindo cargos de prestígio em áreas como direito, medicina e engenharia, e por outro, mulheres com baixa qualificação, assumindo funções sem prestígio e reconhecimento (HIRATA, 2002).

3.2 Diferenciais na saúde

Como já mencionado, o trabalho das mulheres sofre influências marcantes de gênero, tanto em aspectos relacionados à jornada de trabalho, como pelo tipo de tarefas e postos de trabalho (ARAÚJO *et al.*, 2006). Além disso, as mulheres apresentam menor qualificação e

recebem salários mais baixos. No contexto da educação, prevalecem as relações de gênero observadas na sociedade, onde as professoras vivenciam piores condições de trabalho e, além disso, adoecem mais que os professores homens (ARAÚJO *et al.*, 2006).

O ato de ensinar já se constitui como uma tarefa estressante, que pode ter consequências no desempenho profissional dos professores (REIS *et al.*, 2006).

Quanto à saúde mental, as mulheres têm mais predisposição social a internalizar o estresse do que os homens. Isso faz com que venham a desenvolver problemas como ansiedade, depressão e ideação suicida (RABASQUINHO; PEREIRA, 2007). Estudo sobre a depressão em 23 países europeus com homens e mulheres entre 18 e 75 anos de idade, constatou que a depressão é mais presente em mulheres em todos os países analisados (VELDE; BRACKE; LEVECQUE, 2010).

Os professores da educação infantil se queixam do grande quantitativo de alunos em sala de aula e da falta de monitores, o que compromete a realização de um trabalho de qualidade em sala de aula. É comum, também, nessa etapa de ensino as más condições de trabalho, os baixos salários, a falta de valorização e reconhecimento do trabalho do professor por parte dos pais de alunos. Portanto, o sofrimento dos professores advém da sobrecarga e das más condições de trabalho (FREITAS; FACAS, 2013). Na educação infantil o cansaço das professoras é ainda maior, pois trabalhar com crianças menores demanda maior desenvoltura física e equilíbrio emocional (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Outro problema comum entre os professores é o de voz. As mulheres apresentaram maior prevalência de sintomas vocais se comparadas aos homens. Além disso, há também, maior prevalência para as professoras no que se refere ao esquecimento, cansaço mental, insônia e nervosismo. Outros fatores de saúde que também são mais prevalentes em mulheres são: presença de nódulo em pregas vocais, infecção urinária, anemia, LER/DORT e varizes em membros inferiores (ARAÚJO *et al.*, 2006).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Estudar as características do trabalho dos professores da Educação Básica na perspectiva de gênero tendo como base os dados do Censo escolar de 2007 a 2014.

4.2 Objetivos Específicos

- Descrever as características demográficas e ocupacionais dos professores;
- Identificar recortes de gênero nas características demográficas e ocupacionais dos professores.

5 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido na linha de pesquisa Condições de Trabalho e Saúde do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa fez parte do projeto “Análise dos condicionantes de saúde e situação do absenteísmo-doença em professores da Educação Básica no Brasil”, realizado pelo Núcleo de Estudos Saúde e Trabalho em parceria com o Ministério da Educação. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) sob o parecer CAAE – 48129115.0.0000.5149 (Anexo A). O presente estudo deu origem ao manuscrito intitulado *Emprego e trabalho docente na Educação Básica do Brasil: uma perspectiva de gênero*, submetido à Revista Brasileira de Estudos de População.

5.1 Delineamento, cenário e período do estudo

A pesquisa quantitativa abrangeu dados de professores das cinco regiões do país contemplando os 26 estados brasileiros e Distrito Federal. Foram analisados os microdados do Censo Escolar da Educação Básica que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os dados utilizados foram referentes ao Censo Escolar dos anos de 2007 a 2014. Tal recorte temporal foi selecionado porque até o ano de 2006 o Censo Escolar adotava a escola como unidade básica. Desde 2007, passou a fornecer informações individualizadas sobre as turmas, alunos, escolas e docentes, de maneira a possibilitar uma análise aprofundada da realidade, mais precisamente, das circunstâncias em que os professores desempenhavam suas funções. O ano de 2015 não foi incluído, pois as coletas do censo terminaram no mês de agosto de 2015 quando iniciou-se o presente estudo. O vínculo empregatício com a rede pública foi descrito para os anos de 2012 a 2014, pois somente a partir de 2012 o Censo Escolar passou a registrar dados dos vínculos em seus formulários.

5.2 População do estudo

A população do estudo foi constituída por todos os profissionais escolares docentes, exceto auxiliares/assistentes educacionais, profissionais/monitores de atividades complementares, tradutores/intérpretes de Libras e docentes titulares – coordenadores de tutoria. Fazem parte do universo profissionais de ambos os sexos, de todas as idades, que tiveram seus dados fornecidos ao Censo Escolar entre os anos de 2007 e 2014. Como já

mencionado, a função de docente que caracteriza os sujeitos do estudo refere-se ao professor que estava em regência de sala de aula na data do fornecimento de seus dados ao Censo Escolar (INEP, 2014a).

Os dados dos docentes, disponibilizados pelo INEP, podem ser considerados fidedignos, uma vez que está clara a dependência entre a informação que os gestores devem fornecer e o repasse financeiro, como alimentação e transporte escolar (BRASIL, 2016).

A tabela abaixo demonstra o número de docentes que atuaram na Educação Básica por ano no período de estudo.

Tabela 1. Número de funções docentes na Educação Básica, Brasil, 2007-2014.

Ano	N
2007	1.882.961
2008	1.988.161
2009	1.977.978
2010	2.005.734
2011	2.045.351
2012	2.101.408
2013	2.148.032
2014	2.190.743

Fonte: Brasil, 2014c.

5.3 Coleta de dados

O Censo Escolar é realizado anualmente em todas as escolas públicas e privadas do país. Como dito anteriormente, o Censo é constituído de dimensões e para cada dimensão há um formulário a ser preenchido pelos diretores e dirigentes e, posteriormente, enviados ao INEP. Os formulários são disponibilizados aos respondentes por meio do sistema Educacenso, que deve ser acessado anualmente para preenchimento, na última semana do mês de maio.

Posteriormente, os microdados gerados a partir desses formulários são disponibilizados para *download*, por ano de coleta, no site do INEP. Ao fazer o *download* do arquivo referente a determinado ano, os microdados são baixados em formato *Zip*, necessitando de um descompactador para que sejam visualizados. Em cada arquivo encontram-se documentos das quatro dimensões. Os microdados referentes aos docentes e alunos são disponibilizados em

documentos para cada estado compactados em pastas por região (Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e os das escolas e turmas, em documentos únicos.

Para este estudo, os microdados foram coletados diretamente no site do INEP, agregados em um banco para cada ano e tratados estatisticamente. Foram utilizados microdados das quatro dimensões. As variáveis foram definidas a partir dos formulários do Censo Escolar equivalentes às dimensões escolhidas (ANEXOS B, C, D e E).

5.4 Variáveis

As variáveis selecionadas para o estudo foram agrupadas em dois subconjuntos temáticos para viabilizar a análise dos dados. A seguir, serão apresentados os dois subconjuntos.

Características Demográficas

As variáveis selecionadas para descrever as características demográficas foram: sexo, idade, e região geográfica da escola onde o docente trabalhava. A descrição dessas variáveis permitiu a caracterização dos professores e professoras da Educação Básica, haja vista o interesse em contrastar as características da população por meio da comparação entre os sexos. As variáveis com suas respectivas descrições e categorias de análise são detalhadas no Quadro 2.

Quadro 2. Variáveis referentes às características demográficas, categorias de análise e descrições.

Variável	Categorias de Análise*	Descrição da variável**
Sexo	Feminino, Masculino	Este campo se refere ao sexo do profissional escolar em função docente
Idade	< 24, 25 – 32, 33 – 40, 41 – 50, > 50.	Idade (em anos) do docente no mês de referência do Censo Escolar (31 de maio)
Regiões geográficas	Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-oeste	Refere-se à região geográfica onde o docente atua.

Notas:

*A categorização das variáveis seguiu o padrão utilizado pelo Censo Escolar da Educação Básica.

**As definições das variáveis foram elaboradas para fins da pesquisa com base nas informações produzidas pelo Censo Escolar - INEP.

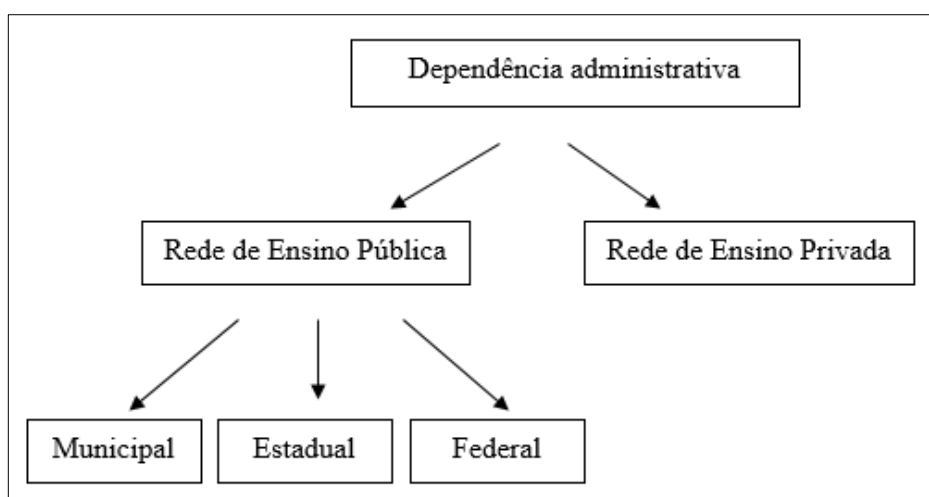
Características ocupacionais

As variáveis selecionadas para caracterizar os docentes de acordo com a ocupação foram: área censitária da escola, dependência administrativa, etapas de ensino em que o docente leciona, número de estabelecimentos, número de turmas, número de alunos por turma e vínculo empregatício. Essas variáveis foram contrastadas com a variável “sexo” para verificar as possíveis diferenças para professores e professoras.

A área censitária urbana ou rural das escolas em que os profissionais docentes atuam fornece indicações relevantes para maior conhecimento da população. As escolas da zona urbana correspondem às cidades, vilas ou áreas urbanas isoladas. Já as da zona rural correspondem à área localizada fora dos limites da urbana. É importante destacar que um mesmo docente pode atuar simultaneamente em duas áreas censitárias (INEP, 2014a).

Quanto à dependência administrativa das escolas, a rede de ensino pública é organizada em âmbito municipal, estadual e federal. Já a rede de ensino privada não está articulada às esferas de ensino de competência do Estado. É importante ressaltar mais uma vez que um mesmo docente pode atuar simultaneamente nas duas redes. A hierarquia da dependência administrativa das escolas é explicitada na Figura 2.

Figura 2: Esquema ilustrativo da organização da dependência administrativa das escolas brasileiras.



Fonte: INEP (2014). Adaptado pela autora.

A Educação Básica é constituída por uma série de etapas, organizadas de acordo com a idade, no caso do ensino regular, e de acordo com situações específicas do indivíduo nas modalidades.

Nas modalidades complementares ao ensino regular são mais amplas as faixas etárias. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade direcionada a jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade prevista. A Educação Especial compreende a modalidade de educação escolar que é ofertada de forma preferencial no ensino regular para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Já a Educação Profissional técnica de nível médio prepara o aluno para a vida profissional, uma vez que enfatizada a formação técnica. Essa modalidade é desenvolvida de forma articulada ao ensino médio ou subsequentemente em cursos para alunos que já tenham concluído o ensino médio (BRASIL, 1996). É importante ressaltar mais uma vez que um mesmo docente pode atuar em uma ou mais etapas de ensino concomitantemente.

O profissional docente pode atuar tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino. Na rede pública, o vínculo de trabalho pode ser estável ou não. Nesse último caso, estão os contratos temporários, terceirizados ou celetistas. O docente com vínculo estável é aquele vinculado a um cargo público de forma permanente junto à secretaria de educação. O contratado temporariamente diz respeito ao professor, pessoa física, com contrato transitório com a secretaria de educação. Geralmente, essa situação ocorre para fins de substituição de outro docente ou prestação de serviço extra. O contratado no formato terceirizado é aquele que foi contratado por intermédio de outra empresa que presta serviços a uma secretaria de educação, não havendo, dessa feita, vínculo direto com a citada secretaria. Por fim, o celetista é o professor vinculado por meio de contrato de pessoa física com a secretaria de educação, tendo assegurados os direitos trabalhistas previstos na CLT, carteira de trabalho e garantia de cobertura pela previdência social (INEP, 2014a).

Quanto ao vínculo empregatício, o presente estudo ateu-se a discriminar exclusivamente os professores com vínculos estabelecidos com a rede pública, uma vez que o Censo Escolar não discrimina os tipos de vínculos empregatícios dos professores que atuam na rede privada. Optou-se por analisar separadamente os docentes de acordo com o número de vínculos – um ou dois – a fim de examinar a vigência de multiemprego. Devido à pequena frequência não foram analisados os tipos de vínculo entre os professores com três ou mais vínculos. O vínculo de trabalho foi estudado para os anos de 2012, 2013 e 2014, uma vez que nos anos anteriores não eram coletados pelo Censo Escolar os dados sobre vínculo.

As variáveis relacionadas à caracterização ocupacional dos professores com suas respectivas descrições e categorias de análise são detalhadas no Quadro 3.

Quadro 3. Variáveis referentes às características ocupacionais, categorias de análise e respectivas descrições.

Variável	Categorias de Análise**	Descrição da variável***
Área censitária da escola*	Urbana Rural	Demarcação definida pelo IBGE para a localização da escola.
Dependência administrativa da escola*	Pública Privada	Âmbito de subordinação administrativa da escola.
Etapas de ensino*	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Profissional EJA Ensino Especial	Refere-se às etapas de ensino em que o docente leciona
Número de estabelecimentos em que leciona	1 estabelecimento 2 estabelecimentos 3 ou mais estabelecimentos	Refere-se ao número de estabelecimentos em que o docente atua.
Número de turmas em que atua	1 turma 2 turmas 3 ou mais turmas	Refere-se ao número de turmas em que o docente atua, de acordo com as turmas previamente cadastradas na escola.
Número de alunos por turma	<10 11 - 20 21 - 30 31 - 40 > 40	Refere-se à razão do número total de alunos para o qual professor leciona pelo total de turmas em que atua.
Número de vínculos empregatícios	Privada 1 vínculo 2 vínculos 3 vínculos	Refere-se aos docentes que tem vínculo com a rede privada, independentemente do número, e aos que tem de 1 a 3 vínculos com a rede pública.
Vínculo empregatício com a rede pública entre professores com um vínculo	Estável Contrato temporário Contrato terceirizado Contrato CLT	Tipo de vínculo do docente de escola pública que possui somente um vínculo com a respectiva rede de ensino.
Vínculos empregatícios com a rede pública entre professores com dois vínculos	Estável e temporário Estável e terceirizado Estável e CLT Temporário e terceirizado Temporário e CLT Terceirizado e CLT	Tipos de vínculos do docente de escola pública que possui dois vínculos com a respectiva rede de ensino.

Notas:

*O mesmo professor pode atuar em mais de uma área censitária, dependência administrativa e etapas de ensino.

**A categorização das variáveis aproximou-se do padrão utilizado pelo Censo Escolar da Educação Básica.

***As definições das variáveis foram elaboradas para fins da pesquisa com base nas informações produzidas pelo Censo Escolar - INEP.

5.5 Análise de dados

Após o *download* dos microdados na base do INEP, foi realizado o tratamento por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 19.0. Foram realizadas análises descritivas. Os dados tabulados dizem respeito às frequências relativas que são apresentadas em tabelas e gráfico. Por se tratarem de dados censitários, torna-se desnecessário o uso de análises inferenciais.

6 RESULTADOS

A descrição das características demográficas e ocupacionais dos professores da Educação Básica será apresentada primeiramente de forma geral, para todos os professores, e em seguida de acordo com o sexo.

Características demográficas

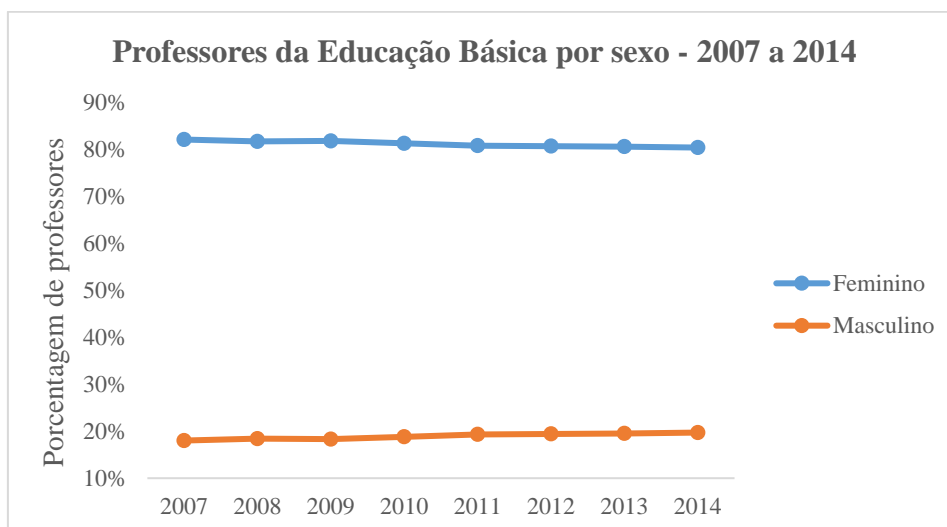
Em uma análise geral da distribuição e evolução dos professores da Educação Básica de acordo com o sexo, observa-se que tanto no ano de 2007 quanto em 2014 prevalecia uma maior porcentagem de mulheres em relação à de homens. Em termos percentuais, de 2007 para 2014, houve um aumento de 1,7 pontos percentuais para os professores homens e diminuição de professoras (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com o sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

Sexo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Feminino	82,0	81,6	81,7	81,2	80,7	80,6	80,5	80,3
Masculino	18,0	18,4	18,3	18,8	19,3	19,4	19,5	19,7

Em uma análise geral, é possível observar a tendência de declínio da porcentagem de professoras enquanto há um aumento progressivo de professores homens (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com o sexo – Brasil – 2007 e 2014 (%).



A faixa etária com maior concentração de professores da Educação Básica em 2014 era a de 41 a 50 anos (29,5%), seguida pela de 33 a 40 anos (28,7%), tendência semelhante à verificada desde 2007. Ainda considerando o ano de 2014, a menor concentração de professores foi observada no grupo com menos de 24 anos (4,5%). No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se uma diminuição no percentual de professores com menos de 24 anos e na faixa etária de 25 a 32 anos. Por outro lado, houve aumento nas faixas entre 33 a 40 anos, 41 a 50 anos e acima de 50 anos. Observa-se, então, uma tendência de envelhecimento na categoria docente (Tabela 3).

Quanto à distribuição dos professores da Educação Básica por grandes regiões, de 2007 a 2014 a maior concentração foi observada na região Sudeste e Nordeste e a menor na região Centro-oeste. No mesmo período observou-se um aumento no percentual de professores na região Norte, Sudeste, Sul e Centro-oeste. Por outro lado, houve diminuição na região Nordeste (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos professores da Educação Básica do Brasil de acordo com as características sociodemográficas – Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Faixa etária								
<24	6,1	6,0	5,9	5,5	5,1	5,0	5,0	4,5
25 a 32	26,0	26,0	25,3	24,7	24,0	23,3	22,5	21,5
33 a 40	27,2	26,9	26,9	27,2	27,5	28,0	28,2	28,7
41 a 50	28,8	28,8	29,2	29,4	29,5	29,6	29,5	29,5
>50	11,9	12,2	12,7	13,2	14,0	14,1	14,8	15,8
Região								
Norte	8,3	8,3	8,4	8,5	9,2	8,7	8,9	8,8
Nordeste	30,2	30,4	30,1	29,8	31,1	29,0	28,7	28,4
Sudeste	39,4	39,6	39,8	39,9	42,5	40,3	40,4	40,5
Sul	15,0	14,5	14,6	14,6	9,6	14,9	15,0	15,1
Centro-oeste	7,0	7,1	7,2	7,2	7,7	7,1	7,1	7,2

Características ocupacionais

Sobre a área censitária de atuação dos professores da Educação Básica, em 2014, 87% deles lecionavam na área urbana, enquanto 15,9% atuavam na rural. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento no percentual de professores atuando na zona urbana (2,1 pontos percentuais) ao passo que, na zona rural, houve uma diminuição de 1,6 (Tabela 4).

Em 2014, 76,0% dos professores atuavam exclusivamente na rede pública de ensino, enquanto 19,8% atuavam na rede privada e 4,2% em ambas. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento no percentual de professores que lecionavam na rede privada (3,4 pontos percentuais). Também foi constatado aumento dos que lecionavam na rede pública e privada simultaneamente (0,6). Por outro lado, houve diminuição na rede pública (4,0) (Tabela 4).

Quanto às etapas de ensino, em 2014, as maiores concentrações de professores foram observadas no ensino fundamental (63,2%) e ensino médio (23,4%) e a menor no ensino especial (1,3%). No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento no percentual de professores na educação infantil (5,2 pontos percentuais), ensino médio (1,4) e profissional (1,1). Por outro lado, houve diminuição no ensino fundamental (6,5), EJA (1,4) e ensino especial (1,0) (Tabela 4).

Quanto ao número de estabelecimentos em que lecionavam, em 2014, 77,8% dos professores atuavam em 1 estabelecimento, 18,1%, em 2, e 4,0%, em 3 ou mais. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se diminuição no percentual de professores que atuavam em 1 estabelecimento (2,8 pontos percentuais). Em contrapartida, no mesmo período, houve aumento do grupo que lecionava em 2 e 3 ou mais estabelecimentos: 1,9 e 0,8 pontos percentuais, respectivamente (Tabela 4).

Em 2014, 48,9% do total de professores atuavam em 3 ou mais turmas, enquanto 35,5% lecionavam em 1 turma e 15,5% em 2 turmas. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento no percentual de professores que atuavam em 2 ou 3 ou mais turmas - 1,6 e 1,9 pontos percentuais, respectivamente. Constatou-se diminuição dos professores que lecionavam para 1 turma (3,6) (Tabela 4).

Em relação ao número de alunos por turma, em 2014, 40,2% dos professores atuavam em turmas de 21 a 30 alunos, enquanto 2,6% atuavam em turmas com 40 alunos ou mais. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento do número de professores que lecionavam em salas menos numerosas: menos de 10; 11 a 20 e 21 a 30 alunos por turma. Em contrapartida, houve diminuição no percentual dos que atuavam em turmas mais numerosas: 31 a 40 e mais de 40 alunos por turma (Tabela 4).

Quanto ao número de vínculos dos professores com a rede de ensino, em 2014, 19,8% mantinha pelo menos um vínculo com a rede privada, com aumento de 0,6 pontos percentuais

em relação a 2012 (19,2%). Na rede pública, no período compreendido entre 2012 e 2014, houve diminuição no percentual de professores que tinham 1 vínculo, 2 vínculos e 3 vínculos de emprego (Tabela 4).

Sobre o percentual de professores com apenas um vínculo com a rede pública, em 2014, 71,1% tinham vínculo estável, enquanto 0,4% eram terceirizados. No período compreendido entre 2012 e 2014, houve diminuição no percentual dos professores com vínculo estável (1,6 pontos percentuais). Em contrapartida, houve aumento dos contratados temporariamente (1,2), terceirizados (0,1) e celetistas (0,3) (Tabela 4).

No que tange aos professores com dois vínculos com a rede pública, em 2014, 92,1% tinha vínculo estável e temporário, enquanto 0,02 eram terceirizados e celetistas. No período compreendido entre 2012 e 2014, houve diminuição no percentual dos professores com vínculo estável e temporário e também com terceirizado e CLT. Em contrapartida, houve aumento dos estáveis e terceirizados, estáveis e celetistas, temporários e celetistas. Quanto aos que atuavam como temporários e terceirizados, não houve alteração para os anos supracitados (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos professores da educação básica no Brasil de acordo com as características ocupacionais – Brasil – 2007 a 2014 e 2012 a 2014 (Em %).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Área Censitária*								
Urbana	84,9	85,5	85,7	86,1	85,8	86,5	86,6	87,0
Rural	17,5	17,2	17,3	17,0	17,1	16,4	16,3	15,9
Dependência administrativa								
Privada	16,4	17,5	17,6	18,1	18,7	19,2	19,4	19,8
Pública	80,0	78,5	77,9	77,5	76,9	76,5	76,4	76,0
Privada e Pública	3,6	4,0	4,4	4,5	4,4	4,4	4,3	4,2
Etapas de ensino*								
Educação Infantil	17,2	17,6	18,6	18,8	19,8	20,8	21,7	22,4
Ensino Fundamental	69,7	68,8	69,0	68,3	67,1	65,9	64,4	63,2
Ensino Médio	22,0	22,8	23,1	23,5	23,2	23,3	23,2	23,4
Ensino Profissional	2,7	2,7	3,0	3,1	3,2	3,4	3,4	3,8
EJA	12,6	13,1	13,1	12,9	12,7	11,9	11,6	11,2
Ensino Especial	2,3	2,0	1,7	1,5	1,2	1,4	1,4	1,3
Número de estabelecimentos								
1	80,6	79,2	77,0	76,9	77,8	77,6	77,7	77,8
2	16,2	17,2	18,7	18,8	18,4	18,4	18,3	18,1
3 ou mais	3,2	3,6	4,2	4,3	3,9	4,0	4,1	4,0
Número de turmas								
1	39,1	36,4	36,0	36,0	36,2	35,7	35,5	35,5
2	13,9	14,6	14,8	14,8	15,1	15,3	15,5	15,5
3 ou mais	47,0	49,0	49,2	49,2	48,7	49,1	48,9	48,9
Número de alunos por turma								
<10	7,5	7,8	7,9	7,9	8,5	9,1	9,4	9,2
11 a 20	21,8	23,3	24,7	24,9	27,1	27,9	28,6	29,1
21 a 30	36,0	36,2	37,2	36,4	38,3	39,1	39,7	40,2
31 a 40	27,3	26,4	25,3	22,8	22,3	20,8	19,5	18,9
>40	7,4	6,4	5,0	4,0	3,7	3,1	2,8	2,6
Número de vínculos empregatícios								
Vínculo com a rede privada	-	-	-	-	-	19,2	19,4	19,8
1 vínculo com a rede pública	-	-	-	-	-	77,7	77,7	77,2
2 vínculos com a rede pública	-	-	-	-	-	3,1	2,9	3,0
3 vínculos com a rede pública	-	-	-	-	-	0,01	0,008	0,009
Vínculo empregatício com a rede pública entre professores com um vínculo								
Estável	-	-	-	-	-	72,7	72,0	71,1
Temporário	-	-	-	-	-	26,5	27,0	27,7
Terceirizado	-	-	-	-	-	0,3	0,2	0,4
CLT	-	-	-	-	-	0,5	0,8	0,8
Vínculos empregatícios com a rede pública entre professores com dois vínculos								
Estável e Temporário	-	-	-	-	-	93,8	92,6	92,1
Estável e Terceirizado	-	-	-	-	-	0,7	0,7	1,4
Estável e CLT	-	-	-	-	-	2,3	3,4	3,3
Temporário e Terceirizado	-	-	-	-	-	0,8	0,8	0,8
Temporário e CLT	-	-	-	-	-	2,3	2,5	2,4
Terceirizado e CLT	-	-	-	-	-	0,04	0,01	0,02

*A soma de cada coluna pode resultar em valor superior a 100%, pois um mesmo professor pode atuar simultaneamente em mais de uma etapa ou área censitária.

Características demográficas por sexo

Em relação à faixa etária dos professores da Educação Básica do Brasil, em 2014, a maior concentração de professores homens encontrava-se na faixa entre 33 a 40 anos (29,0%) e a de professoras na faixa entre 41 a 50 anos (30,8%). Destaca-se a maior porcentagem de homens na faixa de 25 a 32 anos e de mulheres na faixa de 41 a 50 anos. A menor concentração de homens (5,1%) e de mulheres (4,3%) foi identificada no grupo com menos de 24 anos. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se, para ambos os sexos, redução da porcentagem de professores mais jovens (menores de 24 anos, e entre 25 a 32 anos) e aumento para as faixas mais avançadas (33 a 40, 41 a 50, e mais de 50 anos) (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o grupo etário por sexo - Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

	Faixas etárias	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	<24	7,1	7,2	7,1	6,5	5,8	5,7	5,7	5,1
	25 a 32	29,9	30,1	29,7	29,3	28,4	27,6	26,6	25,6
	33 a 40	25,9	25,8	26,0	26,6	27,2	27,8	28,3	29,0
	41 a 50	24,2	23,8	23,8	23,9	23,8	24,2	24,1	24,2
	> 50	13,0	13,1	13,4	13,7	14,8	14,8	15,3	16,0
Mulheres	<24	5,9	5,7	5,6	5,3	4,9	4,8	4,8	4,3
	25 a 32	25,2	25,1	24,3	23,7	22,9	22,3	21,5	20,6
	33 a 40	27,4	27,2	27,1	27,3	27,5	28,0	28,1	28,6
	41 a 50	29,8	30,0	30,4	30,7	30,8	30,9	30,8	30,8
	> 50	11,6	12,0	12,6	13,0	13,8	14,0	14,7	15,7

Quanto à grande região, em 2014, as regiões Norte e Nordeste apresentavam maior porcentagem de homens, enquanto as mulheres se destacaram no Sudeste e Sul. A menor concentração de homens (7,2%) e de mulheres (7,2%) foi identificada na região Centro-oeste. Em relação às variações, no período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se aumento da porcentagem de homens em duas regiões (Norte e Sudeste) e de mulheres em quatro (Norte, Sudeste, Sul e Centro-oeste). Houve diminuição de homens no Nordeste e Sul e de mulheres apenas no Nordeste (Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com as regiões geográficas por sexo - Brasil- 2007 a 2014 (Em %).

	Regiões geográficas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	Norte	12,4	12,3	11,8	11,9	13,1	12,8	13,1	12,8
	Nordeste	31,7	32,5	32,3	31,6	32,6	30,8	30,9	30,8
	Sudeste	36,7	36,3	36,9	37,6	39,3	37,5	37,3	37,5
	Sul	12,0	11,7	11,7	11,8	7,4	11,9	11,6	11,8
	Centro-oeste	7,2	7,2	7,3	7,2	7,5	7,0	7,0	7,2
Mulheres	Norte	7,5	7,4	7,6	7,7	8,2	7,7	7,8	7,8
	Nordeste	29,9	29,9	29,6	29,3	30,7	28,6	28,2	27,9
	Sudeste	40,0	40,4	40,4	40,4	43,2	41,0	41,2	41,3
	Sul	15,6	15,2	15,2	15,3	10,2	15,6	15,8	15,9
	Centro-oeste	7,0	7,1	7,1	7,2	7,7	7,1	7,1	7,2

Características ocupacionais por sexo

A área censitária com maior concentração de professores homens (87,4%) e professoras (85,3%), no ano de 2014, foi a urbana. Entre 2007 e 2014, observou-se um aumento no percentual de professores, de ambos os sexos, na área urbana e diminuição na rural (Tabela 7).

Tabela 7. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a área censitária da escola por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

	Área Censitária	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	Urbana	85,4	85,9	86,1	86,5	86,2	87,0	87,1	87,4
	Rural	16,8	16,5	16,5	16,2	16,4	15,7	15,5	15,2
Mulheres	Urbana	82,8	83,6	83,6	84,2	83,9	84,7	84,7	85,3
	Rural	20,5	20,1	20,6	20,1	20,4	19,6	19,5	19,0

Em relação à dependência administrativa de atuação, em 2014, o setor público abrigava a maior concentração de professores homens (74,2%) e mulheres (76,5%). Na rede privada atuavam 19,1% do total de professores homens e 20,0% das mulheres. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se um aumento mais acentuado no percentual de homens que atuavam simultaneamente na rede privada e pública. Por outro lado, houve um aumento mais expressivo no percentual de mulheres que atuavam na rede privada. Na rede pública houve maior diminuição de mulheres (Tabela 8).

Tabela 8. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a dependência administrativa da escola por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

	Dependência administrativa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	Privada	18,2	18,3	18,3	18,1	18,3	18,5	18,4	19,1
	Pública	76,2	75,4	74,7	74,7	74,6	74,6	74,9	74,2
	Privada e Pública	5,6	6,3	7,0	7,2	7,1	6,9	6,8	6,7
Mulheres	Privada	16,0	17,3	17,5	18,0	18,8	19,4	19,6	20,0
	Pública	80,9	79,2	78,6	78,1	77,4	76,9	76,7	76,5
	Privada e Pública	3,1	3,4	3,9	3,8	3,7	3,7	3,7	3,6

No que tange à etapa de ensino, em 2014, a maior concentração de professores homens (63,1%) e mulheres (63,3%) foi observada no ensino fundamental. Os professores homens concentraram-se mais nas etapas Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, respectivamente. Já as mulheres concentraram-se mais nas etapas Ensino Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio, respectivamente. Entre 2007 e 2014, observou-se aumento no percentual de professores homens na educação infantil, ensino médio, ensino profissional e EJA e de professoras na educação infantil, ensino médio e ensino profissional. Por outro lado, houve diminuição dos professores homens no ensino fundamental e especial e de professoras no ensino fundamental, EJA e ensino especial (Tabela 9).

Tabela 9. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com a etapa de ensino por sexo - Brasil- 2007 a 2014 (Em %).

	Etapa de ensino	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	Educação Infantil	3,1	2,9	3,1	2,9	3,0	3,3	3,4	3,6
	Ensino Fundamental	66,2	65,9	66,9	66,5	65,9	65,3	64,3	63,1
	Ensino Médio	43,3	44,5	45,1	46,0	45,5	45,7	45,7	45,9
	Ensino Profissional	7,8	7,8	8,7	8,9	9,2	9,5	9,6	10,6
	EJA	18,4	19,7	20,5	20,6	20,7	19,7	19,5	18,9
	Ensino Especial	0,8	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6
Mulheres	Educação Infantil	20,4	21,0	22,0	22,5	23,8	25,0	26,2	27,0
	Ensino Fundamental	70,4	69,5	69,5	68,7	67,4	66,0	64,5	63,3
	Ensino Médio	17,3	17,9	18,1	18,3	17,8	17,9	17,8	17,9
	Ensino Profissional	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,9	1,9	2,1
	EJA	11,3	11,6	11,5	11,1	10,8	10,0	9,7	9,4
	Ensino Especial	2,6	2,3	1,9	1,7	1,3	1,6	1,6	1,5

Em relação ao número de estabelecimentos em que os professores atuavam, em 2014, a maioria dos professores homens (67,8%) e professoras (80,3%) atuavam em 1 estabelecimento de ensino. No tocante à tendência, no período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se uma redução no percentual de homens e mulheres que atuavam em 1 estabelecimento e aumento dos que atuavam em 2 e 3 ou mais estabelecimentos (Tabela 10).

Tabela 10. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de estabelecimentos de atuação por sexo – Brasil - 2007 a 2014 (Em %).

Número de estabelecimentos		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	1	72,9	70,5	66,9	66,9	67,7	67,7	67,8	67,8
	2	20,3	21,7	23,6	23,6	23,3	23,3	23,2	23,1
	3 ou mais	6,7	7,8	9,6	9,6	9,0	9,0	9,1	9,1
Mulheres	1	82,3	81,1	79,2	79,2	80,2	79,9	80,1	80,3
	2	15,2	16,2	17,6	17,6	17,2	17,3	17,1	16,9
	3 ou mais	2,4	2,7	3,1	3,1	2,7	2,8	2,8	2,8

Sobre o número de turmas por professor, em 2014, a maioria dos professores homens (79,0%) e a maior parte das professoras (41,6%) atuavam em 3 ou mais turmas de alunos. Entre os professores homens, houve uma maior concentração dos que atuavam em 3 ou mais turmas e entre as mulheres das que atuavam em 1 turma. No período compreendido entre 2007 e 2014, observou-se redução no percentual de homens que atuavam em 1 e 2 turmas e aumento dos que atuavam em 3 turmas. Por outro lado, houve diminuição das mulheres que regiam uma turma e aumento das que lecionavam em 2 e 3 ou mais turmas (Tabela 11).

Tabela 11. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de turmas por sexo – Brasil - 2007 a 2014 (Em %).

Número de turmas		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	1	16,5	14,1	12,8	12,8	13,0	12,6	12,6	12,6
	2	9,0	8,7	8,2	8,2	8,4	8,2	8,5	8,5
	3 ou mais	74,4	77,1	79,0	79,0	78,6	79,1	79,0	79,0
Mulheres	1	44,0	42,5	41,4	41,4	41,7	41,2	41,2	41,2
	2	15,0	15,5	16,3	16,3	16,8	17,0	17,3	17,3
	3 ou mais	41,0	42,1	42,3	42,3	41,5	41,8	41,6	41,6

No que se refere ao número de alunos por turma, em 2014, 40,4% dos professores homens e 40,1% das professoras atuavam em turmas com 21 a 30 alunos. Observa-se que 5,0% dos homens regiam turmas com menos de 10 alunos e 1,9% das mulheres lecionavam para mais de 40 alunos em uma única turma. Entre 2007 e 2014, observou-se, para ambos os sexos, aumento dos que regiam turmas com até 30 alunos e diminuição dos que atuavam em turmas com 31 alunos ou mais. É importante destacar a maior porcentagem de mulheres que lecionavam para turmas menores e o de homens que lecionavam para turmas maiores (Tabela 12).

Tabela 12. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de alunos por turma por sexo – Brasil – 2007 a 2014 (Em %).

	Alunos por turma	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	<10	4,5	4,6	4,5	4,5	4,8	5,0	5,1	5,0
	11 a 20	15,6	16,3	17,0	17,1	18,0	18,3	18,8	19,0
	21 a 30	30,4	31,1	33,0	34,9	35,9	37,8	39,2	40,4
	31 a 40	35,8	36,0	35,9	35,3	34,0	32,5	31,1	30,4
	> 40	13,7	12,1	9,6	8,2	7,4	6,4	5,7	5,2
Mulheres	<10	8,1	8,5	8,6	9,1	9,4	10,1	10,4	10,3
	11 a 20	23,1	24,8	26,4	27,9	29,3	30,1	30,9	31,6
	21 a 30	37,2	37,3	38,1	38,6	38,9	39,4	39,8	40,1
	31 a 40	25,5	24,3	22,9	21,1	19,5	18,0	16,7	16,1
	> 40	6,1	5,2	4,0	3,2	2,8	2,4	2,1	1,9

Quanto aos vínculos dos professores com a rede de ensino, em 2014, 19,1% dos homens e 20% das mulheres mantinham pelo menos um vínculo com a rede privada. Entre 2012 e 2014, observou-se aumento do percentual de homens e mulheres que atuavam vinculados à rede privada. Em contrapartida, houve diminuição, para ambos os sexos, de vinculados à rede pública (Tabela 13).

Tabela 13. Distribuição dos professores da Educação Básica de acordo com o número de vínculos de emprego por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %)

	Número de vínculos empregatícios	2012	2013	2014
Homens	Vínculo com a rede privada	18,5	18,4	19,1
	1 vínculo com a rede pública	77,3	77,7	76,8
	2 vínculos com a rede pública	4,2	3,9	4,0
	3 vínculos com a rede pública	0,003	0,003	0,003
Mulheres	Vínculo com a rede privada	19,4	19,6	20,0
	1 vínculo com a rede pública	77,8	77,7	77,3
	2 vínculos com a rede pública	2,8	2,7	2,7
	3 vínculos com a rede pública	0,007	0,005	0,005

Sobre os professores que possuíam apenas um vínculo com a rede pública, em 2014, o vínculo estável concentrava 68,0% de homens e 71,9% de mulheres. No mesmo ano, o vínculo terceirizado representava menor proporção de professores, homens e mulheres. Entre 2012 e 2014, observou-se diminuição de homens e mulheres com vínculo estável. Por outro lado, houve aumento, para ambos os sexos, dos contratados temporariamente, bem como, de mulheres com vínculo terceirizado e celetista (Tabela 14).

Tabela 14. Distribuição dos professores da Educação Básica com um vínculo empregatício com a rede pública por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %)

Vínculo empregatício		2012	2013	2014
Homens	Estável	68,8	68,0	68,0
	Temporário	30,4	31,3	31,2
	Terceirizado	0,3	0,2	0,3
	CLT	0,5	0,5	0,5
Mulheres	Estável	73,6	72,9	71,9
	Temporário	25,5	26,0	26,9
	Terceirizado	0,3	0,2	0,4
	CLT	0,5	0,9	0,8

Em relação aos professores que possuíam dois vínculos com a rede pública, em 2014, o binário estável e contrato temporário dizia respeito à maior proporção de professores homens e professoras (92,6% e 91,9%, respectivamente). No que se refere à tendência, no período compreendido entre 2012 e 2014, tanto entre homens quanto entre mulheres, houve redução de estáveis e temporários e de terceirizados e celetistas. Por outro lado, houve, para ambos os sexos, aumento de estáveis e terceirizados, e temporários e celetistas (Tabela 15).

Tabela 15. Distribuição dos professores da Educação Básica com dois vínculos empregatícios com a rede pública por sexo – Brasil – 2012 a 2014 (Em %).

Vínculos empregatícios		2012	2013	2014
Homens	Estável e Temporário	94,0	93,9	92,6
	Estável e Terceirizado	0,9	0,8	2,2
	Estável e CLT	2,0	2,0	2,0
	Temporário e Terceirizado	0,9	1,0	0,9
	Temporário e CLT	2,2	2,3	2,3
	Terceirizado e CLT	0,04	0,01	0,01
	Mulheres	Estável e Temporário	93,7	92,1
Estável e Terceirizado		0,7	0,7	1,1
Estável e CLT		2,4	3,9	3,8
Temporário e Terceirizado		0,8	0,7	0,8
Temporário e CLT		2,3	2,6	2,4
Terceirizado e CLT		0,04	0,01	0,02

7. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Discussão

O presente estudo abordou as características demográficas e ocupacionais do universo dos professores da Educação Básica do Brasil que atuaram entre 2007 e 2014, bem como as características das escolas. Foram utilizados dados coletados pelo Censo Escolar, cuja disponibilização é ampla por meio do site do INEP. O objetivo foi estudar as características demográficas e ocupacionais na perspectiva de gênero com o intuito de contribuir para o enriquecimento da temática “trabalho docente e gênero”.

Foi verificada a predominância de professoras atuando na Educação Básica, apesar do aumento progressivo dos professores homens. Identificou-se, para ambos os sexos um aumento de professores mais jovens e aumento dos professores com idade mais avançada. O aumento do contingente de professoras foi observado em maior número de regiões. Quanto à área censitária, houve aumento de professores de ambos os sexos na área urbana e diminuição na rural. Em relação à dependência administrativa, entre as professoras, houve maior aumento das que atuavam na rede privada enquanto entre os professores homens houve aumento dos que atuavam na rede pública e privada simultaneamente. Quanto à etapa de ensino, os professores homens concentraram-se em etapas mais avançadas e as mulheres nas etapas iniciais. Os homens atuavam em maior número de estabelecimentos escolares e turmas. Para ambos os sexos, houve diminuição de professores atuando em turmas mais numerosas e aumento dos que lecionavam em turmas menos numerosas. Além disso, as mulheres concentraram-se lecionando em turmas menos numerosas e os homens em turmas mais numerosas. Sobre os vínculos empregatícios, observou-se tendência de aumento, para ambos os sexos, dos que atuavam na rede privada e diminuição dos vinculados à rede pública. O vínculo estável foi o mais frequente para professoras e professores homens, no entanto, houve aumento de professores, de ambos os sexos, com contrato temporário. Houve aumento, também, da porcentagem de mulheres com vínculo terceirizado e celetista. Finalmente, dos que atuavam com dois vínculos de emprego, a grande maioria, para ambos os sexos, era estável e temporário.

Os resultados evidenciam a prevalência de um maior contingente de professoras atuando na Educação Básica em relação aos professores homens. Esses resultados são convergentes com a literatura (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008; GATTI; BARRETO, 2009; ALVES; PINTO, 2011; VASCONCELOS-ROCHA *et al.* 2016; INEP, 2014b).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho em cargos das áreas da saúde e educação, em especial a partir do século XX, com a maior admissão de trabalhadores no setor educacional, se deu como uma continuidade do trabalho doméstico e da função do cuidado (DELCOR, 2004). Desde a sua origem, a docência foi vista como relacionada às atividades domésticas exercidas pelas mulheres que, por natureza, mantinham as características maternas consideradas importantes ao ato de lecionar (BRUSCHINI; AMADO, 1988). A hipótese central sobre a feminização da carreira docente argumenta sobre a construção histórica da função de educador infantil que se deu pautada nas questões de gênero.

As mulheres são maioria, também, na população total do país. Em 2010, o Brasil contava com mais de 97 milhões de mulheres, enquanto os homens somavam aproximadamente 93 milhões (IBGE, 2010). Na população ocupada, segundo dados do IBGE, a participação das mulheres aumentou de 43,0% em 2003 para 45,6% em 2012 (IBGE, 2013a). Já para o ano de 2015, os dados indicam que as mulheres continuam sendo maioria em áreas como a educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social, além dos serviços domésticos (IBGE, 2015). Além disso, entre os indivíduos que ingressaram no ensino superior no Brasil em 2012, as mulheres representavam a maioria das matrículas, superando os homens (BRASIL, 2014d). Quanto aos professores homens, apesar de representarem uma porcentagem crescente no presente estudo, ainda enfrentam muitos desafios, como preconceito e olhares de suspeita devido às concepções de gênero, sobretudo ao ingressarem nas séries iniciais da Educação Básica (MONTEIRO; ALTMANN, 2014).

Os resultados relativos à faixa etária indicam um aumento de professores com idades mais avançadas independente do sexo, o que pode ser reflexo da mudança no perfil demográfico populacional, vivenciado nos últimos anos no Brasil, com tendência crescente (OLIVEIRA, 2013). No que se trata do envelhecimento populacional, em 2050 serão 226 idosos de 60 anos ou mais para cada 100 crianças ou adolescentes. Com isso, há também a diminuição da população em idade ativa, que, segundo as projeções, chegará a 50,9 inativos para cada 100 pessoas em idade ativa em 2020 e a 75 inativos para cada 100 em idade ativa em 2050 (IBGE, 2009). Esse fato pode ser uma justificativa para o envelhecimento dos trabalhadores na sociedade em geral e também dos professores da Educação Básica, que compõem uma das classes mais numerosas do país. Quanto à população economicamente ativa, os homens passaram de 35,15% em 2001 para 34,04% em 2011, enquanto as mulheres passaram de 25,31% em 2001 para 25,97% em 2011 (IBGE, 2011). Ou seja, houve diminuição relativa dos homens e aumento das mulheres economicamente ativas.

O aumento do quantitativo de docentes da Educação Básica, por exemplo, de 2007 para 2008 foi maior em relação ao de 2013 para 2014, caracterizando assim, uma redução no crescimento do número de docentes ao longo dos anos (BRASIL, 2014c). A atratividade da carreira docente é uma hipótese aventada pelos autores. Entre os fatores que desestimulam os jovens a ingressar na carreira é possível citar, dentre outros, as condições de trabalho, baixos salários, a precarização, a flexibilização do trabalho e a violência nas escolas. Conseqüentemente há uma diminuição na busca pela carreira docente por parte dos jovens e menor quantidade de ingressos nos cursos de licenciatura (TARTUCE; NUNES; ALMEIDA, 2010). Dessa forma, identifica-se um envelhecimento da população de professores mais antigos na carreira. Quando se analisa o grupo daqueles recém ingressados na Educação Básica, observa-se o comprometimento do quantitativo desses profissionais no mercado de trabalho. Dados do IBGE destacam um aumento da população ocupada com 50 anos ou mais no Brasil entre 2003 e 2011, com diminuição dos mais jovens. Os homens ocupados com mais de 50 anos passaram de 17,6% em 2003 para 22,9% em 2011, e as mulheres na mesma faixa etária passaram de 15,6% para 20,9% (IBGE, 2012).

Em relação à região de atuação dos docentes, no Sudeste prevalecia a maior concentração de professores de ambos os sexos enquanto o Centro-oeste tinha a menor. Esse cenário é convergente quando se analisa a população brasileira no geral, pois as regiões do Brasil com maior concentração de pessoas, de ambos os sexos, são a Sudeste e a Nordeste, enquanto a menor é a região Centro-oeste (IBGE, 2010). De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, a região que concentrava maior número de estabelecimentos em 2014 era a Nordeste, já a Centro-oeste representava o menor contingente (BRASIL, 2014b). Em todas as regiões prevalece um maior quantitativo de mulheres em relação ao de homens, exceto na região Norte onde a população de homens é maior (IBGE, 2010). Os achados do presente estudo vêm de encontro com os dados do IBGE, pois os professores homens atuavam de forma mais expressiva na região Norte e as professoras na região Sudeste.

Sobre a área censitária, observou-se aumento de professores homens e mulheres na área urbana e diminuição na rural. Na área rural os professores podem enfrentar condições desfavoráveis se comparado com a situação na das escolas na área urbana condições precárias, baixos salários, dificuldade de locomoção e acesso à escola, sobrecarga de trabalho e falta de incentivo (INEP, 2007). Destaca-se ainda a existência de uma alta rotatividade, dificuldade de acesso às escolas devido ao estado de conservação das vias e estradas, ausência de auxílio

transporte, etc. Sabe-se que os professores percorrem longas distâncias muitas vezes em condições climáticas desfavoráveis, a pé ou mesmo de bicicleta (FURTADO, 2004).

Observou-se um aumento mais acentuado da porcentagem de mulheres que atuavam unicamente na rede pública ou unicamente na rede privada e de homens atuando simultaneamente em ambas as redes. Em 2013, a população de empregados no Brasil era constituída por 50,7% de empregados do setor privado, 12,4% do setor público e 6,6% de trabalhadores domésticos (IBGE, 2013b). Quanto à remuneração dos professores, destaca-se que os profissionais do setor público recebem salários inferiores a outros profissionais que atuam no mesmo setor (LOUZANO *et al.*, 2010). Os professores que realizam atividades similares em escolas públicas e privadas vivenciam diferentes experiências, pois há influência do contexto das escolas e das diferenças quanto à filiação (público e privado) sobre as circunstâncias e os fazimentos laborais (CARLOTO; CÂMARA, 2008). Além disso, os professores da Educação Básica da rede pública têm jornadas de trabalho mais extensas em relação aos da rede privada (GATTI; BARRETO, 2009).

Em relação às etapas de ensino, os professores homens concentraram-se mais nas etapas mais avançadas e as mulheres nas etapas iniciais. Esses resultados são convergentes (INEP, 2007), pois está documentada a atuação masculina mais expressiva nas etapas finais da Educação Básica e menor representação nas etapas iniciais. Essa característica explicaria a tendência do aumento gradativo do número de professores homens. Mesmo a categoria docente sendo constituída predominantemente por mulheres, pode existir variações de acordo com a etapa de ensino. As mulheres representam 98% dos docentes que lecionam no ensino infantil e 88,3% dos que atuam no ensino fundamental (GATTI; BARRETO, 2009). Por outro lado, no ensino médio, ainda sob predomínio de mulheres observa-se o maior contingente de professores homens se comparado às outras etapas de ensino. Conforme analisado anteriormente, uma justificativa possível para a maior concentração de homens nas etapas mais elevadas de ensino é a construção histórica em relação ao gênero. As mulheres, por terem suas habilidades com o cuidado e atividades domésticas são consideradas socialmente mais aptas a atuarem nos anos iniciais da Educação Básica (SOUZA, 2010). Enquanto isso, os homens sofrem preconceito e falta de aceitação por lecionar no ensino infantil (MONTEIRO; ALTMAN, 2014). Muitas vezes os professores homens são julgados e questionados sobre sua sexualidade, sendo considerados inaptos à carreira docente, especialmente no ensino infantil, devido às suas características masculinas (RABELO, 2013).

Sobre o número de estabelecimentos de trabalho, observou-se uma tendência de os professores homens atuarem em maior número de estabelecimentos do que as mulheres. Constatou-se anteriormente que 58,5% dos professores estavam vinculados a uma única escola, enquanto 32,2% estavam vinculados a duas e 6,3% a três (ANDRADE *et al.*, 2004). A pesquisa TALIS destaca que, nos anos finais do ensino fundamental, quase um quarto dos professores atua em mais de uma escola e uma minoria trabalha em três ou mais (INEP, 2014b). Em relação às professoras, a autora destaca que mais de 60% lecionavam em um único estabelecimento escolar. Quanto à filiação da escola, 14% lecionavam em outra escola da rede municipal e 31,9% em estabelecimentos de outra rede de ensino (CARDOSO *et al.*, 2009).

No presente estudo, os professores homens se destacaram-se atuando em maior número de turmas. Estudo anterior identificou que os professores atuavam em média em 2,1 turmas (CARDOSO *et al.*, 2009). No presente estudo houve a constatação de que os homens lecionam para maior número turmas. Esse achado pode ser explicado pelo fato de que os professores homens atuam de forma mais densa nas etapas mais avançadas da Educação Básica, nas quais, como já mencionado anteriormente, os docentes lecionam para maior número de turmas. Já as mulheres, como já foi ressaltado, lecionam de forma mais densa nas etapas iniciais e para menor número de turmas.

Na literatura, existem estudos que identificaram associação entre a quantidade de alunos por turma e a maior frequência de problemas de voz em professores (FILLIS *et al.*, 2016). Algumas vezes, os gestores educacionais não têm consciência da dimensão dos danos que podem causar aos professores com a sobrecarga do número de alunos por turma. Em alguns casos, os gestores aumentam o número de alunos por sala de aula sem considerar a infraestrutura e as consequências desse feito para os professores. Tais atitudes do poder público podem refletir nas condições de trabalho e favorecer o adoecimento dos professores. A demasia de alunos por turma pode contribuir para o sofrimento desses profissionais (FREITAS; FACAS, 2013). Dados da pesquisa TALIS evidenciam que os professores brasileiros lecionam para turmas com média de 31 alunos, enquanto a média para os demais países que fazem parte da pesquisa é equivalente a 24 estudantes por turma em média, relativamente menos que no Brasil (INEP, 2014b).

No Brasil, não há, na legislação educacional (BRASIL, 1996) uma definição do número de alunos para qual cada professor deve lecionar. Há, no entanto, um projeto de lei aguardando apreciação do Senado Federal com a finalidade de delimitar o número de alunos por professor. O Projeto de Lei nº 597/2007 foi aprovado pela Câmara dos Deputados com o objetivo

modificar a LDB 9.394/1996 e definir o número de alunos por turma por professor que leciona na Educação Básica. O Projeto propõe o quantitativo de vinte e cinco alunos na educação infantil e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental, já nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio a proposta é de trinta e cinco alunos (MALULY, 2007). De acordo com o disposto no Artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os respectivos sistemas de ensino podem estabelecer um parâmetro para manter o equilíbrio do número de alunos por professor. O estado de Santa Catarina conta com uma lei estadual, a Lei Complementar nº 170/1998, que foi modificada para estabelecer o número de alunos por turmas de acordo com as etapas da Educação Básica (BRASIL, 1998). Iniciativas como essa podem motivar a criação de leis com a mesma finalidade em outros estados ou aprovação da legislação a nível nacional para estabelecer parâmetros.

No tocante às relações com a saúde docente, autores destacam a existência de maior associação de dor musculoesquelética em professores que lecionavam para grande número de turmas e estabelecimentos, assim como para mais de 30 alunos por turma. Tal fato é possível, pois quanto maior o número de alunos, mais numerosas serão as tarefas a serem realizadas pelos professores (CARDOSO *et al.*, 2009).

Quanto ao número de vínculos empregatícios, de acordo com os dados da PNAD, entre os professores que lecionavam no ensino regular 81,7% tinham um vínculo empregatício, 16,8% tinham dois e 1,5% três ou mais (GATTI; BARRETO, 2009).

No grupo de professores da rede estadual de ensino em um município da Bahia, 77,1% dos professores analisados eram efetivados (VASCONCELOS-ROCHA *et al.*, 2016). A pesquisa TALIS referente ao ano de 2013 evidencia que 77% dos professores brasileiros têm um contrato permanente de trabalho e muitos ainda atuam com contratos temporários. Já nos demais países abrangidos por essa pesquisa, a média de contratos permanentes equivale a 83%. A rede estadual de ensino conta com 21% de professores contratados temporariamente, seguida pela municipal com 17% (INEP, 2014b). Autores constataram que maioria dos professores da Educação Básica estudados mantinha pelo menos um vínculo estável, no entanto, mais de 30% tinham vínculo temporário (FILLIS *et al.*, 2016). Estudo constatou o multiemprego e contratos temporários especialmente nos que haviam ingressado recentemente na carreira docente. Analisando por etapas da Educação Básica, foi identificada menor proporção de professores estáveis na educação infantil, ao passo que no ensino fundamental e médio esse vínculo é o mais frequente (GATTI; BARRETO, 2009). Em escolas municipais da cidade de João Pessoa

mais da metade dos professores analisados mantinham vínculo estável (BATISTA *et al.*, 2010). É possível que o trabalho temporário implique em piores condições de saúde. O risco de mortalidade é maior no grupo dos trabalhadores temporários quando comparados aos estáveis (KIVIMAKI *et al.*, 2003). No caso das professoras, muitas vezes, por necessidade de manter o sustento, começam a trabalhar logo após terminarem a graduação ou mesmo durante o curso e, com isso, acabam se submetendo às oportunidades de emprego precárias, como o contrato temporário (NETO, 2016).

Quando se trata do setor público, a análise dessa situação merece cautela, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional menciona, entre seus princípios, que os professores ingressarão na rede pública de ensino somente por meio de vínculo estável, selecionado através de concurso público (BRASIL, 1996). Contudo, viu-se que é possível atuar no setor educacional público com contrato temporário, mesmo com todos os prejuízos que tal situação acarreta (MELO, CIRILO, PINTO, 2016).

7.2. Considerações finais

O presente estudo objetivou traçar o panorama demográfico e ocupacional da categoria dos professores da Educação Básica na perspectiva de gênero.

Destaca-se o predomínio das professoras na Educação Básica e o envelhecimento dos trabalhadores docentes. Apesar de a literatura ressaltar que as mulheres em geral vivenciam piores condições de trabalho e inserção no mercado de trabalho, os homens se destacaram no presente estudo pela atuação concomitante em mais de um estabelecimento escolar e sendo responsáveis por mais de uma turma, além dos múltiplos vínculos empregatícios.

A realização de novos estudos faz-se importante para aprofundar as explicações para as tendências verificadas. As evidências tornam possível o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas para as condições trabalho e satisfação dos professores da Educação Básica do Brasil.

8 LIMITES E VANTAGENS

Este estudo analisou as características de trabalho dos professores da Educação Básica do Brasil no período de 2007 a 2014, abordando o universo dessa categoria. Foi possível descrever as características dos professores no geral e por sexo. O fato de ser um estudo com uma base de dados secundária, o Censo Escolar, facilitou o acesso a um levantamento de dados nacional e tornou possível a análise de grande contingente de professores, de forma rápida e gratuita. Além disso, o levantamento de dados feito pelo INEP, disponibilizado para livre acesso, conta com ampla validade e representatividade.

Quanto às limitações, é possível citar o fato de que o Censo Escolar não é um levantamento realizado especificamente para pesquisas ocupacionais. Portanto, algumas variáveis, importantes para estudos com trabalhadores - renda, número de filhos, estado civil, jornada de trabalho - não são abordados pelo levantamento.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente. **Laboreal**, Porto, v. 1, n.1, p. 11-27, jul. 2012.
- ANDRADE, E. R. *et al.* **O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem o que pensam, o que almejam**. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004. P. 73-84. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.
- ARAÚJO *et al.* Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência& Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.1117-1129, out./dez. 2006.
- ARAÚJO, T. *et al.* Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 1229-1238, jun. 2008.
- AZEVEDO, F. C. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 318-338, abr./jun. 2014.
- BATISTA, J. B. V. *et al.* Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 502-512, Sept. 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 out. 2016.
- BRASIL. Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 ago. 1998. Disponível em: www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao/legislacao-basica/947-947/file. Acesso em: 30 nov. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portal Brasil. **Etapas de ensino asseguram cidadania para crianças e jovens**. Brasília – DF, 2014a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/educacao-basica>, 2014a. Acesso em: 15 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). InepData. **Número de Estabelecimentos na Educação Básica – Comparativo ano a ano**. 2014b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>. Acesso em: 26 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). InepData. **Número de Funções Docentes na Educação Básica**. Brasília – DF, 2014c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). InepData. **Número de matrículas por sexo**. 2014d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). **Censo Escolar – Matrícula Inicial**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, p. 13-58, 2000. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p13a58.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1179>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, p.9-24, n. 1/2, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/11950/11217>. Acesso em: 19 nov. 2016.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 157-196, 2002.

CARDOSO, J. P. *et al.* Prevalência de dor musculoesquelética em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 12, n. 4, p. 604-614, dez. 2009.

CARISSIMI, A. C. V.; TROJAN, R. M. A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.5, n. 10, p. 57-69, ago./dez. 2011. Disponível em: www.jpe.ufpr.br/n10_6.pdf. Acesso em: 30 nov. 2016.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em professores de escolas públicas e privadas. **Psicologia da Educação**, n. 26, p. 29-46, 2008.

CRUZ, G. B. A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 191- 205, 2007.

CUNHA, A. Sobre a carreira docente, a feminização do magistério e a docência masculina na construção do gênero e da sexualidade infantil. In: IX ANPED Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. **Anais da Mostra de Iniciação Científica. Pós Graduação, Pesquisa e Extensão**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Educacao/Trabalho/12_46_31_2974-7468-1-PB.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

DELCOR, N. S. *et al.* Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev. 2004.

DUARTE, A.; OLIVEIRA, D. A.; AUGUSTO, M. H.; MELO, S. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

FREITAS, L. G.; FACAS, E. P. Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 7-26, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7880/7251>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FILLIS, M. M. A. *et al.* Frequência de problemas vocais autorreferidos e fatores ocupacionais associados em professores da educação básica de Londrina, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, e00026015, 2016.

FURTADO, E. D. P. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. ProjectoFao – UNESCO – DGCS ITALIA – CIDE – REDUC. 2004. Disponível em: http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, ago. 2005.

GATTI, B.; BARRETTO, E. **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco. 294 p. 2009. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 2009. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42597.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico. **Razão de sexo, população de homens e mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1R&uf=00>. Acesso em: 16 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2011. Séries históricas e estatísticas. **População economicamente ativa**. 2011. Disponível em:

<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD295&t=sexo>. Acesso em: 17 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Pesquisa mensal de emprego - PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf. Acesso em: 22 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução do emprego com carteira de trabalho assinada 2003-2012**. Pesquisa Mensal de Emprego. Brasília: IBGE, 30 abr. 2013a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emplo_carreira_trabalho_assinada.pdf. Acesso em: 15 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **População ocupada**. 2013b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/analise04.shtm. Acesso em: 16 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa**: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2015. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjBhp_96MTRAhXE4yYKHZaxAicQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Fhome%2Festatistica%2Findicadores%2Ftrabalhoerendimento%2Fpme_nova%2Fretrospectiva2003_2015.pdf&usg=AFQjCNFuiiyqEAMpwYTDRHyJzkRl1eyVkg. Acesso em: 23 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC, 2007. Disponível em: red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf. Acesso em: 22 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2014**: caderno de instruções. Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED. Brasília – DF, 2014a. Disponível em: www.mprj.mp.br/.../CENSO_ESCOLAR_2014_CADERNO_INSTRUcoes.pdf. Acesso em: 30 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS) 2013. **Relatório Nacional**. 2014b. Disponível em: download.inep.gov.br/acoes_internacionais/...talis/2013/talis2013_relatorio_brasil.pdf. Acesso em 29 nov. 2016.

KIVIMÄKI, M. *et al.* Temporary employment and risk of overall and cause-specific mortality. **American Journal of Epidemiology**, v. 158, n. 7, p. 663-668, 2003. Disponível em: aje.oxfordjournals.org/content/158/7/663.full.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p. 443-481.

LOUZANO, P. *et al.* Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1608/1608.pdf. Acesso em: 27 nov. 2016.

MALULY, J. **Projeto de Lei nº 597, de 2007**. Altera o art. 25 da Lei nº 9.394/1996, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2007. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;...PL+597/2007. Acesso em: 30 nov. 2016.

MELO, S. D. G.; CIRILO, P. R.; PINTO, S. N. S. O ensino médio e o trabalho docente: características de Minas Gerais. **Poiésis**, Tubarão. v.10, n.17, p.102. 102-129, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v10e172016102-129>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 720-741, set. 2014.

NETO, J. G. F. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 2016. 188f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134688/000987762.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 nov. 2016.

NEVES, M. A. Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 8, p. 90-110, jan./jul. 2001. Disponível em: portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/download/1664/1259. Acesso em: 25 nov. 2016.

OLIVEIRA, D. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, T. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho no Brasil: impasses e desafios atuais. In: FAGNANI, E., A. FONSECA. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, cap. 3, v. 2, p. 225-246, 2013. Disponível em: www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/.../PolíticasSociais-Vol01.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Nota sobre países. **Resultados da TALIS 2013**. Brasil, 2013. Disponível em:

<https://www.oecd.org/edu/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A História da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTERDBR Online**. Campinas, n.33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

RABASQUINHO, C.; PEREIRA, H. Gênero e saúde mental: Uma abordagem epidemiológica. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.25, n.3, p.439-453, 2007.

RABELO, A. O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, out./dez. 2013.

REIS, E. J. F. B. *et al.* Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, abr. 2006.

ROBALINO, M. A saúde e o trabalho na educação da América Latina. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.6, n.11, p.315-326, jul./dez. 2012. Disponível em: www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/212/400. Acesso em: 26 nov. 2016.

ROBAZZI M. L. C. *et al.* Exceso de trabajo y agravios mentales a los trabajadores de la salud. **Revista Cubana de Enfermería**, Ciudad de La Habana, v. 26, n. 1, p. 52-64, mar. 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2bIFLWEISOG16MmdwU05mNEFNUQ/edit?pli=1>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SOUZA, M. I. **Homem como professor de creche**: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais. 2010. 248f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/14_12_2010__14_10_46__61.pdf. Acesso em: 25 nov. 2016.

TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 445-477, mai./ago. 2010.

VASCONCELOS-ROCHA, S. *et al.* Características ocupacionais e estilo de vida de professores em um município do nordeste brasileiro. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 18, n. 2, p. 214-225, mar. 2016.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 291-297, jun. 2008.

VELDE, S. V.; BRACKE, P.; LEVECQUE, K. Gender differences in depression in 23 European countries. Cross-national variation in the gender gap in depression. **Social Science & Medicine**, v. 71, n. 2, p. 305-13, July 2010.

ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. spe2, p. 259-276, 2010.

ANEXO A: Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 48129115.0.0000.5149

Interessado(a): Profa. Ada Ávila Assunção
Departamento de Medicina Preventiva e Social
Faculdade de Medicina - UFMG


DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 03 de novembro de 2015, o projeto de pesquisa intitulado "**Análise dos condicionantes de saúde e situação do absenteísmo – doença em professores da Educação Básica no Brasil**" bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

Profa. Dra. Telma Campos Medeiros Lorentz
Coordenadora do COEP-UFMG

ANEXO B: Formulário Cadastro de profissional escolar em sala de aula

		CENSO ESCOLAR 2014 CADASTRO DE PROFISSIONAL ESCOLAR EM SALA DE AULA	
Código da Escola			
IDENTIFICAÇÃO			
1 – Identificação única (código gerado pelo Inep)			
<input type="text"/>			
2 – Nome completo			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
3 – Endereço eletrônico (e-mail)			
<input type="text"/> <input type="text"/>			
4 – Número de Identificação Social (NIS)		5 – Data de nascimento	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	
6 – Sexo		7 – Cor/Raça	
<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Não declarada	
8 – Nome completo da mãe			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
9 – Nacionalidade			
<input type="checkbox"/> Brasileira <input type="checkbox"/> Brasileira – nascido no exterior ou naturalizado <input type="checkbox"/> Estrangeira			
10 – País de origem*		11 – UF de nascimento	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	
12 – Município de nascimento			
<input type="text"/>			
13 – Número do CPF			
<input type="text"/>			
14 – Profissional Escolar com deficiência			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
14a – Tipo de deficiência			
<input type="checkbox"/> Cegueira <input type="checkbox"/> Baixa visão <input type="checkbox"/> Surdez <input type="checkbox"/> Deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Surdocegueira <input type="checkbox"/> Deficiência física <input type="checkbox"/> Deficiência intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência múltipla			

25 – Outros cursos específicos (formação continuada com no mínimo 80 horas)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Creche (0 a 3 anos) | <input type="checkbox"/> Pré-escola (4 e 5 anos) | <input type="checkbox"/> Anos iniciais do ensino fundamental |
| <input type="checkbox"/> Anos finais do ensino fundamental | <input type="checkbox"/> Ensino médio | <input type="checkbox"/> Educação de jovens e adultos |
| <input type="checkbox"/> Educação especial | <input type="checkbox"/> Educação indígena | <input type="checkbox"/> Educação do campo |
| <input type="checkbox"/> Educação ambiental | <input type="checkbox"/> Educação em direitos humanos | <input type="checkbox"/> Gênero e diversidade sexual |
| <input type="checkbox"/> Direitos de criança e adolescente | <input type="checkbox"/> Educação para as relações étnoraciais e história e cultura afro-brasileira e africana | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Nenhum | | |

DADOS DE DOCÊNCIA**26 – Função que exerce**

- | | | | |
|----------------------------------|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Docente | <input type="checkbox"/> Auxiliar/Assistente Educacional | <input type="checkbox"/> Profissional/Monitor de Atividade Complementar | <input type="checkbox"/> Tradutor Intérprete de Libras |
|----------------------------------|--|---|--|

27 – Situação Funcional/Regime de contratação/Tipo de vínculo (apenas para docente de escola pública)

- | | | | |
|---|--|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Concurso/efetivo/estável | <input type="checkbox"/> Contrato temporário | <input type="checkbox"/> Contrato terceirizado | <input type="checkbox"/> Contrato CLT |
|---|--|--|---------------------------------------|

28 – Turma(s) em que atua


Nome da Turma 1	<input type="text"/>
Nome da Turma 2	<input type="text"/>
Nome da Turma 3	<input type="text"/>
Nome da Turma 4	<input type="text"/>
Nome da Turma 5	<input type="text"/>
Nome da Turma 6	<input type="text"/>

29 – Código da(s) disciplina(s) que leciona*

Turma 1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Turma 2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Turma 3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Turma 4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Turma 5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Turma 6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

* Ver tabela no caderno de Instituições.

ANEXO C: Formulário Cadastro de escola

		CENSO ESCOLAR 2014 CADASTRO DE ESCOLA	
Código da Escola			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
AUTENTICAÇÃO (preenchimento obrigatório)			
Número do CPF do Gestor Escolar			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
Nome do Gestor Escolar			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
Cargo			
<input type="checkbox"/> Diretor <input type="checkbox"/> Outro cargo			
Endereço eletrônico (e-mail)			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
IDENTIFICAÇÃO			
1 – Situação de funcionamento		2 – Ano letivo	
<input type="checkbox"/> Em atividade <input type="checkbox"/> Paralisada <input type="checkbox"/> Extinta		Dia / Mês / Ano Início: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
		Término (previsão): <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
3 – Nome da escola			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
4 – CEP		5 – UF	6 – Município
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7 – Distrito			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
8 – Endereço			
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>			
9 – Número		10 – Complemento	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
11 – Bairro		12 – Localização geográfica	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		Latitude: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		Longitude: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	

13 – DDD	14 – Telefone	15 – Telefone público	16 – Outro telefone de contato
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
17 – Fax	18 – Endereço eletrônico (e-mail)		
<input type="text"/>	<input type="text"/>		
19 – Código do órgão regional de ensino			
<input type="text"/>			
19a – Nome do órgão regional de ensino			
<input type="text"/>			
<input type="text"/>			
20 – Dependência administrativa			
<input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Privada			
21 – Localização/Zona da escola		22 – Categoria da escola privada	
<input type="checkbox"/> Urbana <input type="checkbox"/> Rural		<input type="checkbox"/> Particular <input type="checkbox"/> Comunitária <input type="checkbox"/> Confessional <input type="checkbox"/> Filantrópica	
22a – Conveniada com o Poder Público			
<input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual e Municipal			
23 – Mantenedora da escola privada (assinalar mais de uma opção, se for o caso)			
<input type="checkbox"/> Empresa, grupo empresarial do setor privado ou pessoa física.		<input type="checkbox"/> Sindicatos de trabalhadores ou patronais, associações, cooperativas.	
<input type="checkbox"/> Organização não governamental (ONG) – Internacional ou nacional Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)		<input type="checkbox"/> Instituições sem fins lucrativos.	
<input type="checkbox"/> Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, outros)			
24 – CNPJ da mantenedora principal da escola privada			
<input type="text"/>			
25 – Número do CNPJ da escola privada			
<input type="text"/>			
26 – Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em tramitação <input type="checkbox"/> Não			
CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA			
27 – Local de funcionamento da escola (assinalar mais de uma opção, se for o caso)			
<input type="checkbox"/> Prédio escolar	<input type="checkbox"/> Salas de empresa	<input type="checkbox"/> Salas em outra escola	<input type="checkbox"/> Unidade de atendimento socioeducativo
<input type="checkbox"/> Templo/greja	<input type="checkbox"/> Casa do professor	<input type="checkbox"/> Galpão/Rancho/Paio/Barração	<input type="checkbox"/> Unidade prisional
<input type="checkbox"/> Outros			
27a – Forma de ocupação do prédio			
<input type="checkbox"/> Próprio	<input type="checkbox"/> Alugado	<input type="checkbox"/> Cedido	
28 – Prédio compartilhado com outra escola		28a - Código da escola com a qual compartilha	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="text"/>	
		<input type="text"/>	

29 – Água consumida pelos alunos

Filtrada Não filtrada

30 – Abastecimento de água

Rede pública Poço artesiano Cachimba/Cistema/Poço Fonte/Rio/lagarapé/Riacho/Córrego Inexistente

31 – Abastecimento de energia elétrica

Rede pública Gerador Outros (energia alternativa) Inexistente

32 – Esgoto sanitário

Rede pública Fossa Inexistente

33 – Destinação do lixo

Coleta periódica Queima Joga em outra área Recicla Enterra Outros

34 – Dependências existentes na escola

<input type="checkbox"/> Sala de diretoria	<input type="checkbox"/> Sala de leitura	<input type="checkbox"/> Despensa
<input type="checkbox"/> Sala de professores	<input type="checkbox"/> Parque infantil	<input type="checkbox"/> Almoxarifado
<input type="checkbox"/> Sala de secretaria	<input type="checkbox"/> Berçário	<input type="checkbox"/> Auditório
<input type="checkbox"/> Laboratório de informática	<input type="checkbox"/> Banheiro fora do prédio	<input type="checkbox"/> Pátio coberto
<input type="checkbox"/> Laboratório de ciências	<input type="checkbox"/> Banheiro dentro do prédio	<input type="checkbox"/> Pátio descoberto
<input type="checkbox"/> Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)	<input type="checkbox"/> Banheiro adequado à educação infantil	<input type="checkbox"/> Alojamento de aluno
<input type="checkbox"/> Quadra de esportes coberta	<input type="checkbox"/> Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	<input type="checkbox"/> Alojamento de professor
<input type="checkbox"/> Quadra de esportes descoberta	<input type="checkbox"/> Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	<input type="checkbox"/> Área verde
<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Banheiro com chuveiro	<input type="checkbox"/> Lavanderia
<input type="checkbox"/> Biblioteca	<input type="checkbox"/> Refeitório	<input type="checkbox"/> Nenhuma das dependências relacionadas

35 – Número de salas de aula existentes na escola**36 – Número de salas utilizadas como salas de aula (dentro e fora do prédio)****EQUIPAMENTOS****37– Quantidade de equipamentos existentes na escola**

<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Aparelho de televisão	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Copiadora	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Projetor multimídia (Datashow)
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Videocassete	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Retroprojetor	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Fax
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Aparelho de DVD	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Impressora	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Máquina fotográfica/Filmadora
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Antena parabólica	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Aparelho de som	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Computadores

37a – Computadores para uso administrativo**37b – Computadores para uso dos alunos****37c – Acesso à Internet**

Sim Não

37d – Internet banda larga

Possui Não possui

RECURSOS HUMANOS**38 – Total de funcionários da escola (inclusive profissionais escolares em sala de aula)**

--	--	--	--	--

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE/FNDE**39 – Alimentação escolar para os alunos**
 Oferece Não oferece
DADOS EDUCACIONAIS**40 – Atendimento Educacional Especializado - AEE**
 Exclusivamente Não exclusivamente Não oferece
41 – Atividade complementar
 Exclusivamente Não exclusivamente Não oferece
42 – Modalidades
 Ensino Regular Educação Especial – Modalidade Substitutiva Educação de Jovens e Adultos
43 – Etapas

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio		Educação de Jovens e Adultos
<input type="checkbox"/> Creche (0 a 3 anos)	<input type="checkbox"/> 8 anos	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Normal/Magistério	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> Pré-Escola (4 e 5 anos)	<input type="checkbox"/> 9 anos	<input type="checkbox"/> Integrado	<input type="checkbox"/> Educação Profissional	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – Projovem Urbano
				<input type="checkbox"/> Ensino Médio

44 – Ensino Fundamental organizado em ciclos
 Sim Não
45 – Localização diferenciada da escola

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Área de assentamento	<input type="checkbox"/> Terra indígena
<input type="checkbox"/> Área remanescente de quilombos	<input type="checkbox"/> Unidade de uso sustentável	<input type="checkbox"/> Unidade de uso sustentável em terra indígena
<input type="checkbox"/> Unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombos		

46 – Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural
 Quilombolas Indígenas Não utiliza
47 – Educação Indígena
 Sim Não
48 – Língua em que o ensino é ministrado (apenas para Educação Indígena)
 Língua Indígena Código de Língua Indígena* Língua Portuguesa
49 – Escola cede espaço para turmas do Programa Brasil Alfabetizado
 Sim Não
50 – Escola abre nos finais de semana para a comunidade
 Sim Não
51 – Escola com proposta pedagógica de formação por alternância
 Sim Não

* Ver tabela no caderno de instruções.

Ensino Médio

1ª série 2ª série 3ª série 4ª série Não seriada

Ensino Médio Integrado

1ª série 2ª série 3ª série 4ª série Não seriada Código do curso *

Ensino Médio – Normal/Magistério

1ª série 2ª série 3ª série 4ª série

Educação Profissional

Concomitante Mista – Concomitante e Subsequente Código do curso *

Subsequente

Educação de Jovens e Adultos

Presencial Semipresencial

Educação de Jovens e Adultos – Etapa

Ensino Fundamental anos iniciais Ensino Fundamental anos finais Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais EJA integrada à Educação Profissional de Nível Fundamental (FIC)

Ensino Fundamental – Projovem Urbano Ensino Médio EJA integrada à Educação Profissional de Nível Médio Código do curso *

Disciplinas

1. Química
2. Física
3. Matemática
4. Biologia
5. Ciências
6. Língua/Literatura Portuguesa
7. Língua/Literatura Estrangeira – Inglês
8. Língua/Literatura Estrangeira – Espanhol
9. Língua/Literatura Estrangeira – outra
10. Arte (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras)
11. Educação Física
12. História
13. Geografia
14. Filosofia
16. Informática/Computação
17. Disciplinas profissionalizantes
20. Disciplinas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos que são público-alvo da educação especial e às práticas educacionais inclusivas.
21. Disciplinas voltadas à diversidade sociocultural (disciplinas pedagógicas)
23. Libras
25. Disciplinas Pedagógicas
26. Ensino Religioso
27. Língua Indígena
28. Estudos Sociais
29. Sociologia
30. Língua/Literatura Estrangeira – Francês
99. Outras disciplinas

* Ver orientação no caderno de instruções.

12b – Recursos necessários para a participação do aluno em avaliações do Inep (Prova Brasil, Saeb, outros)*

- | | | | |
|--|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Auxílio leitor | <input type="checkbox"/> Auxílio-transcrição | <input type="checkbox"/> Guia-Intérprete | <input type="checkbox"/> Intérprete de Libras |
| <input type="checkbox"/> Leitura Labial | <input type="checkbox"/> Prova em Braille | <input type="checkbox"/> Prova Ampliada (Fonte tamanho 16) | <input type="checkbox"/> Prova Ampliada (Fonte tamanho 20) |
| <input type="checkbox"/> Prova Ampliada (Fonte tamanho 24) | <input type="checkbox"/> Nenhum | | |

DOCUMENTO**13 – Número da identidade**

13a – Complemento da identidade

13b – Órgão emissor da identidade

13c – UF da identidade

13d – Data de expedição da identidade

14 - Certidão Civil (Se a certidão foi emitida até 31/12/2009 – modelo antigo – preencher os campos 14a a 14h. Caso a certidão tenha sido emitida a partir de 01/01/2010 – modelo novo –, preencher somente o campo 14i)

- Modelo antigo Modelo novo

14a – Tipo de certidão civil

- Certidão de nascimento Certidão de casamento

14b – Número do termo

14c – Folha

14d – Livro

14e – Data de emissão da certidão

14f – UF do cartório

14g – Município do cartório

14h – Nome do cartório

14i – Número da Matrícula (Registro Civil – Certidão Nova)

15 – Número do CPF

16 – Documento estrangeiro/Passaporte

Justificativa da falta de informação sobre documento do aluno

- Aluno não possui documento
 Escola não possui informação de documento do aluno

ENDEREÇO RESIDENCIAL**17 – Localização/Zona de residência**

- Urbana Rural

18 – CEP

19 – Endereço

20 – Número

21 – Complemento

22 – Bairro

23 – UF

24 – Município

* Ver definição no caderno de instruções.

